



1290004016

TCC/UNICAMP
Ac72e
IE



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CEDOC - IE - UNICAMP

MONOGRAFIA

**ESTRUTURA OCUPACIONAL URBANA E
RENDIMENTOS DO TRABALHO NO BRASIL
(2002-2007)**

Aluno: André Vinicius Toso Castro Acosta

RA: 042013

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni

Instituto de Economia

CEDOC - IE - UNICAMP

Campinas, 2009.

TCC/UNICAMP
Ac72e
1290004016/IE

200917498

Sumário

Resumo.....	3
Introdução	4
Capítulo 1 - Economia brasileira e a condução da política macroeconômica no pós-Real.....	8
1.1 Economia brasileira nos anos 1990: o Plano Real como divisor de águas.....	9
1.2 Economia brasileira nos anos 2000: inflexão e continuidade.....	16
Capítulo 2 - Evolução do mercado de trabalho: anos 1990 e década atual.....	21
2.1 Reflexos da reestruturação produtiva dos anos 1990 no mercado de trabalho brasileiro.....	23
2.2 Mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000	29
Capítulo 3 - Estrutura ocupacional urbana entre 2002 e 2007.....	36
3.1 Ocupação urbana entre 2002 e 2007 por setores de atividade.....	38
3.2 Esclarecimentos metodológicos.....	44
3.3 Evolução dos ocupados segundo posição na ocupação no período recente	46
3.4 Formalização e informalidade segundo o ramo de atividade	54
Capítulo 4 - Evolução dos rendimentos do trabalho urbano entre 2002 e 2007	60
4.1 Evolução geral dos rendimentos do trabalho urbano segundo setor de atividade	61
4.2 Rendimentos do trabalho não agrícola por posição na ocupação	66
4.3 Distribuição dos rendimentos do trabalho urbano e salário mínimo	73
Considerações Finais	79
Referências Bibliográficas.....	85

Resumo

Esta monografia tem como propósito discutir o comportamento recente da estrutura ocupacional e dos rendimentos do trabalho urbano no Brasil, entre 2002 e 2007, com base na PNAD e referencial teórico do IPEA, IBGE e Cesit-Unicamp. Contrapõe-se o desempenho da economia brasileira nos anos 1990 e 2000, assim como são explicitadas as diferenças entre o mercado de trabalho nas duas décadas. Avançando de maneira relevante sobre os problemas na geração de empregos e expansão de postos de trabalho precários, no período de 2002 a 2007 é vista uma tendência de estruturação do mercado de trabalho urbano, principalmente no Comércio e na Indústria. Esse desempenho foi possível pelo crescimento mais acelerado do PIB e pela postura ativa do Estado na fiscalização do mercado de trabalho. Verifica-se que os rendimentos reais no período apresentaram forte declínio entre 2002-2004, se recuperando nos anos seguintes. Neste estudo, então, foi visto que o crescimento econômico é condição fundamental para a reestruturação do mercado de trabalho urbano, em conjunto com as políticas públicas de emprego. No entanto, apesar do período de elevação do PIB, entre 2002 e 2007, permanecem elevados os estoques de ocupados informais e por conta própria no mercado de trabalho urbano.

Palavras chave: mercado de trabalho urbano, estrutura ocupacional, rendimentos do trabalho.

Introdução

O mercado de trabalho tem papel central na economia capitalista, já que suas flutuações refletem-se na vida de milhões de indivíduos. Flutuações essas que se tornaram frequentes nas últimas décadas, em consequência das significativas mudanças sofridas pelo mercado de trabalho ao passar de um sistema de segurança social para grandes níveis de desemprego nos anos 1980 e para finalmente sofrer com a precarização da década seguinte. A economia brasileira nos anos 2000 herdou uma carga significativa de transformações de ordem macroeconômica e inserção externa em virtude das reformas neoliberais dos anos 1990, com diversos impactos negativos sobre o mercado de trabalho.

Até 1994 a economia sofria com o grande desordenamento decorrente das altas taxas de inflação, que por um lado corroíam a renda do trabalhador e por outro pressionavam as expectativas dos agentes, desestimulando o investimento em uma economia estagnada. Entre 1990 e 1992, inclusive, o país passou por uma recessão após o fracasso do Plano Collor, com agravamento do desemprego. É nessa fase também que o país assiste às primeiras iniciativas no sentido de abrir a economia ao mercado externo.

As reformas neoliberais, iniciadas no governo Collor, foram reforçadas e aprofundadas com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994. A partir daí temos uma abertura abrupta e indiscriminada da economia brasileira, que impacta fortemente no setor industrial. Contra a Indústria atua também fortemente a política monetária e cambial do carro-chefe do governo FHC, o plano Real. Nele, o foco exclusivo no combate à inflação, em detrimento do crescimento econômico, por exemplo, introduziu no mercado elevadíssimas taxas de juros e uma taxa de câmbio valorizada e fixa até 1999. Com esse objetivo principal, a qualquer indício de fortalecimento do processo inflacionário a autoridade monetária elevava a taxa básica de juros.

Os principais impactos foram, além do controle dos preços junto com a reforma monetária, a inundação de produtos importados mais avançados, quebrando vários elos industriais e inviabilizando qualquer projeto de investimento. Buscou-se também superávits primários e a principal forma de investimento no período o Investimento Direto Externo (IED) não foi capaz de gerar dinamismo e melhores condições no mercado de trabalho.

Nesse contexto de liberalização econômica, o mercado de trabalho não poderia ficar ileso. O enfraquecimento da Indústria e da Construção Civil ampliou o desemprego fortemente, já que o setor de Serviços, mais dinâmico no período, não conseguiu compensar a destruição de vagas dos demais setores. A liberalização da economia, através da abertura internacional, das privatizações, da adoção de práticas gerenciais mais dinâmicas, dentre outras ações, fez com que o empresariado defendesse uma maior flexibilidade nas relações de trabalho, em parte acatada pelo governo FHC. Assim, em uma economia de baixo dinamismo e mudanças drásticas, proliferaram as ocupações precárias e informais, como alternativa a falta de postos de trabalho amparados pela legislação trabalhista e com cobertura sindical. Do ponto de vista dos rendimentos, a renda do trabalhador, que entre 1992 e 1996 assistiu uma valorização real, entrou numa fase de declínio que se estendeu até a metade dos anos 2000. É interessante destacar que nos anos 1990 se observou uma redução da elasticidade renda-emprego.

O governo FHC terminou em 2002, em meio a instabilidade, tanto internacional, gerada pelos ataques terroristas aos EUA e crise na Argentina, quanto interna, em consequência da crise energética, todos ocorrendo em 2001. Apesar da evidência que os resultados negativos da década de 1990 pouco tenham se alterado, a economia, a partir do abandono do câmbio fixo em 1999, passou a apresentar sinais de uma possível inflexão no mercado de trabalho, tanto na geração de postos de trabalho, quanto no grau de formalidades dessas ocupações, principalmente a partir de 2003, com a melhor do contexto internacional.

O governo brasileiro foi assumido então por Luis Inácio Lula da Silva, que governa o país a partir de 2003, se reelegendo nas eleições de 2006. O novo governo mantém muitos elementos da política econômica do governo anterior, mas apresenta algumas mudanças, como a consolidação de políticas sociais de transferências de renda direta, por exemplo.

Vencidas as instabilidades iniciais no governo Lula, a economia brasileira volta a vivenciar taxas de crescimento do PIB mais relevantes em 2004, seguindo principalmente o contexto internacional mais favorável, que se traduziu em crescimento expressivo das exportações. Apesar da alta de 5,7% do PIB em 2004, os efeitos no mercado de trabalho e nos rendimentos foram reduzidos, uma vez que o setor primário-exportador foi o mais beneficiado nesse contexto.

No governo Lula não foram menores as flutuações do câmbio, cujo regime de câmbio fixo foi abandonado ao final da década de 1990, e da taxa de juros, sempre visando a contenção de qualquer ameaça de inflação. Essas flutuações têm impacto direto sobre a dinâmica da economia brasileira, influenciando endividamento dos consumidores, investimento da economia e competitividade externa. Em 2006, novamente, apesar do crescimento do PIB na ordem de 4,0%, o setor Agropecuário teve avanço de 4,5%, enquanto que a Indústria, apenas 2,3%. Por fim, em 2007, o crescimento do produto nacional fica em 5,4%, próximo ao resultado de 2004 (5,7%), com forte desempenho do setor agropecuário, investimento e consumo das famílias.

A década de 2000 parece haver revertido a tendência dos anos 1990, uma vez que cresceu a elasticidade produto-emprego, caracterizada pela variação no emprego de uma variação de 1% do PIB. Cabe salientar que esses postos passam então a serem criados predominantemente em estabelecimentos de maior porte, ou seja, mais organizados e nos quais a formalidade é mais presente.

Este estudo se propõe a analisar a evolução do mercado de trabalho urbano brasileiro durante o período de 2002 a 2007, sob três óticas principais: o volume setorial de emprego, a questão da formalidade e informalidade das relações de trabalho e a variação dos rendimentos. Assim, em primeiro lugar serão estudadas as transformações na distribuição da ocupação por ramos de atividade, para verificar se a Indústria recuperou a participação perdida ao longo da década de 1990, além da dinâmica dos setores com maior participação na geração de postos de trabalho, como Construção Civil, Comércio e Serviços, Serviços Domésticos. Com isso se busca verificar quais setores da economia foram mais ou menos dinâmicos do período analisado.

Em segundo lugar, objetiva-se também verificar a evolução das categorias de posição na ocupação ao longo dos seis anos compreendidos por esta análise. Com isso será possível quantificar e visualizar a evolução dos setores formal e informal, também por ramo de atividade, a fim determinar se realmente se verificou uma tendência de formalização do mercado de trabalho principalmente na segunda metade dos anos 2000.

Em seguida, outra face do mercado de trabalho contemplada pelo estudo é o comportamento dos rendimentos do trabalho urbano no Brasil. Com isso, será possível identificar quais setores detêm os melhores rendimentos, quais posições na ocupação são melhor remuneradas, assim como as desigualdades de rendimento dentro do mercado de trabalho.

Por fim, o estudo procura também discutir o significado das transformações ocorridas nos anos 2000 sobre o mercado de trabalho urbano. Verificando assim se a tendência de precarização do mercado de trabalho, tão ampliada na década anterior, apresentou reversão dada as forças de estruturação do mercado de trabalho principalmente após 2004.

Capítulo 1

Economia brasileira e a condução da política macroeconômica no pós-Real

O mundo se alterou notavelmente a partir da década de 1970, minando as políticas econômicas keynesianas e o modelo de organização da produção fordista. A partir desse período, o compromisso do Estado com o pleno emprego foi gradativamente abandonado e os agentes econômicos se viram frente a uma nova orientação, fundamentada na constante absorção de inovações técnicas e organizacionais, que levariam a pressões pela flexibilização das relações de trabalho, polivalência da mão-de-obra e redução de custos. Na América Latina essas novas tendências se difundiram um pouco mais tarde, nos anos 1990, quando passa a prevalecer o receituário neoliberal conhecido como “consenso de Washington”.

No Brasil, o reordenamento econômico liderado pelo governo federal se baseou nas privatizações de empresas estatais, abertura da economia ao comércio internacional, liberalização da entrada e saída de capitais, concessões privadas de serviços públicos e redução do aparelho estatal. As origens do rearranjo econômico surgiram no governo Collor, no início dos anos 1990. As medidas então implementadas foram reforçadas em 1994, com o Plano Real. Após a instabilidade econômica durante o governo Collor, o Plano Real teve como consequência, no curto-prazo, o controle da inflação - principal conquista do governo FHC. Mas a estabilidade monetária dependia, na primeira fase do Plano, de um câmbio artificialmente valorizado, possível em um contexto de grande liquidez internacional.

No final dos anos 1990 ficaram claras as fragilidades do Plano Real, como a dependência de fluxo de internacionais de capitais altamente voláteis, que com a menor ameaça de instabilidade do mercado fugiam novamente para as economias centrais, mais seguras, colocando a economia numa posição de grande risco de insolvência, tornando o câmbio fixo insustentável.

Na década atual, os eixos da política econômica neoliberal foram mantidos no governo Lula, com pequenas alterações de postura. A seguir será apresentada a evolução da economia brasileira nos anos 1990 e 2000.

1.1 Economia brasileira nos anos 1990: o Plano Real como divisor de águas

A política econômica brasileira da última década do século XX diferenciou-se significativamente da estratégia de crescimento econômico anterior, que tinha forte presença do Estado na condução do desenvolvimento. Com certo atraso, o país se alinhou ao *mainstream* econômico, seguindo uma série de recomendações e políticas liberais, formalizadas por instituições internacionais como o FMI.

O Estado, então, abriu mão das funções amplamente difundidas pelo modelo econômico nacional-desenvolvimentista e passou a articular-se sob o modelo neoliberal. Esse movimento, caracterizado pela alteração do aparato político-econômico dentro da esfera estatal, fez o Estado deixar de atuar dando sustentação política ao ambiente econômico e como agente produtivo, por meio das estatais e dos grandes projetos de investimento. Ditada pelo centro do sistema internacional de poder, a orientação neoliberal assume, em países como o Brasil, características perversas.

A primeira tentativa de liberalização veio no governo Collor, entre 1990 e 1992. Após as tentativas frustradas, ao longo dos anos 1980, de controle da inflação, a equipe econômica do então governo lança o Plano Collor em 16 de março de 1990, um dia depois da posse do novo presidente. O Plano tinha um conjunto bastante amplo de objetivos e frentes, apesar de ter ficado conhecido quase exclusivamente pelo bloqueio das aplicações financeiras. O leque de iniciativas se estendia também por políticas de rendas, finanças públicas, reforma de Estado, política cambial e comércio externo.¹

Dentre as propostas do plano, verificamos uma clara influência da onda de liberalização do consenso de Washington. Dentre as medidas propostas temos a reforma administrativa, que previa a redução de ministérios, fechamento de diversos órgãos e procedimentos burocráticos, e meta de demissão em massa de funcionários públicos.² Apresentava também a necessidade de uma política fiscal com superávit de 2% do PIB, previa privatizações e a visava liberalização das

¹ CARVALHO, C.E. *Bloqueio de Liquidez e Estabilização: O Fracasso do Plano Collor*.

² A demissão em massa de funcionários públicos não foi possível em decorrência da proibição contida na Constituição de 1988.

importações, com anúncio do fim dos controles quantitativos e redução de tarifas e barreiras não-tarifárias.

Era esperado pelos defensores dessas políticas, que com abertura o país teria acesso às tecnologias e componentes mais avançados, o que possibilitaria ao Brasil melhorar sua inserção internacional e o desempenho de sua economia, que vinha de uma década de estagnação. Esse processo se daria por meio da sofisticação do seu parque produtivo e do choque de competitividade internacional.

O Plano Collor e sua tentativa de congelamento da liquidez financeira, foi fracassado no combate à inflação e conduziu o país a uma profunda recessão puxada pelo setor Industrial, entre 1990 e 1992, debilitado pela abertura da economia. Cabe salientar, por exemplo, que o PIB em 1990 assinalou retração de 4,4%. O então presidente Collor, após escândalos de corrupção e pelo crescente descontentamento popular, sofreu um processo de *impeachment*, sendo substituído por Itamar Franco.

O único ano de mandato de Itamar Franco foi marcado por uma relativa melhora da economia e o lançamento, sob então liderança do ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), do programa de estabilização econômica, chamado Plano Real.

Organizado por etapas, o Plano Real substituiu a moeda nacional pelo Real em julho de 1994. O grande trunfo do Plano foi o controle das elevadas taxas de inflação, presentes no país há mais de três décadas. O Plano Real, diferentemente dos seus predecessores Cruzado e Collor, não foi baseado nem na política de rendas do primeiro (congelamento de preços), nem no bloqueio de ativos do segundo. O núcleo do novo plano era a ancoragem cambial dos preços possível pela estabilização da taxa nominal de câmbio.

O Plano Real foi dividido em três fases distintas: (i) ampliação do controle fiscal; (ii) realização de uma reforma monetária; e (iii) utilização da política cambial como instrumento chave para a desinflação. As duas primeiras etapas tinham caráter preparatório. A partir da introdução da nova moeda, as decisões de preço, agregados monetários e taxas de juros ficaram mais claramente distintos entre os movimentos reais e os nominais. Também, com a abertura

comercial, as grandes empresas *price makers* passaram a contar com a concorrência externa, reduzindo seu poder de determinação de preços via *mark up*.³

A opção pelo câmbio fixo com conversibilidade plena em transações correntes e na conta de capital seguia os pressupostos de experiência histórica que demonstra o sucesso dos regimes de taxa fixa em processos de hiperestabilizações e na crença de que as condições de liquidez para os países emergentes seriam duradouras. Assim, os desequilíbrios da conta correntes poderiam ser compensados pelo superávit da conta capital.

A âncora de preços, que deu sustentação ao Plano, foi possível pelo retorno do fluxo de capital externo, no contexto de grande liquidez internacional e abertura comercial. Nesse contexto, a taxa de juros se tornou a principal variável de ajuste do balanço de pagamentos, uma vez que pressionavam negativamente as contas brasileiras o estrutural déficit da conta de serviços e os recém inseridos déficits da balança comercial. Assim as elevadas taxas de juros, além de manter a economia em um baixo nível de atividade, servia para atrair os capitais externos, equilibrando o balanço de pagamentos.

Paralelamente, cresceram as dívidas externa e interna, obrigando toda a sociedade brasileira a arcar com uma carga tributária maior para garantir o pagamento do serviço das dívidas gêmeas.⁴ A abertura financeira pouco aportou recursos para o financiamento da formação de capital, concentrando-os no financiamento de capital de giro das empresas ou no consumo, quando não nas aplicações de caráter especulativo.⁵

Em conjunto com a liberalização da entrada e saída de capitais, observou-se uma valorização artificial da nossa moeda entre 1994 e 1998, que tornou mais atrativo os insumos importados, por terem menores preços e serem tecnologicamente mais avançados.

Nesse contexto a economia brasileira, inserida na globalização de capitais, passou a atrair novamente, além de recursos voláteis e especulativos, a partir dos anos 1990 em diante, Investimentos Externos Diretos (IEDs). Porém, o retorno destes ao país não representou nenhuma melhoria para a situação do trabalho, seja na criação, ou na oferta de melhores postos de trabalho,

³ RAMOS, A.P. *Estabilização e Política Econômica: A Experiência do Plano Real*.

⁴ ALVES, J. E. *Análises de conjuntura: globalização e o segundo governo FHC*.

⁵ CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*.

uma vez que as privatizações e fusões foram as principais formas de entrada no país, não se traduzindo em criação de capacidade produtiva adicional.⁶

Ocorreu um processo de “desnacionalização” das empresas nacionais e intensa perda de elos intermediários dentro da cadeia produtiva brasileira.⁷ O parque industrial brasileiro, com isso, passou a se configurar apenas como montador de produtos manufaturados com menor conteúdo tecnológico e baixo valor agregado, além de gerador de empregos em quantidade inferior à necessária para a plena ocupação e, geralmente, de natureza precária (empregos de baixa qualidade ou ocupações por conta-própria de baixa remuneração).⁸ Dentre os setores industriais, verificou-se aquecimento apenas nos setores intensivos em recursos naturais, como extração de minérios, por exemplo.

Os efeitos de uma modernização com elevadas importações, principalmente de bens com alta intensidade tecnológica, reduzido investimento e lento crescimento do produto, foram incisivos sobre o mercado de trabalho. Paralelamente, as grandes empresas abrem mão do crescimento via produção e passam rapidamente a abandonar linhas de produtos, a racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, reduzir custos, sobretudo de mão-de-obra.⁹ Além disso, a constante busca por custos menores impulsiona a adoção de novos métodos de organização do trabalho nas grandes empresas, que envolveram um forte movimento de terceirização de atividades antes realizadas por seus próprios empregados.¹⁰

O novo modelo de política econômica previa após a estabilização dos preços que o investimento retornaria e que a disciplina competitiva, trazida pela abertura comercial, conduziria a uma melhora da produtividade nacional. Esperava-se ainda que as privatizações e o retorno do capital estrangeiro superariam os gargalos da economia em infra-estrutura e a liberalização cambial atrairia recursos estrangeiros suficientes para financiar o balanço de pagamento, bem como para incrementar a capacidade de investimento dos agentes internos. A reversão do sinal da

⁶ IEDI. *Investimento Direto Estrangeiro no Brasil: um panorama*.

⁷ LAPLANE, M.; SARTI, F. *O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90*.

⁸ POCHMANN, M. *O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas*.

⁹ MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*.

¹⁰ BALTAR, P. *A estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990*.

balança comercial seria uma decorrência natural do processo e seria característica de um ajuste de curto-prazo.¹¹

Contudo, o modelo escolhido trouxe consigo problemas de difícil solução. A política econômica colocava entraves substanciais ao crescimento econômico e, portanto, à geração de renda e emprego. O contínuo combate à inflação elevou de sobremaneira a taxa real de juros, já que com o câmbio valorizado e o desestímulo às exportações brasileiras, era a única forma de atrair poupança externa para balancear os déficits em transação corrente. Essa elevação impedia a economia de obter melhores ritmos de crescimento e conseqüentemente de combater a expansão do desemprego.

Cabe aqui salientar que o rumo tomado pelo país no período não se tratou de uma inevitabilidade histórica, mas sim de uma escolha de política econômica que delegou às grandes empresas transnacionais o poder de ditar a inserção internacional brasileira na globalização. Observou-se então, a concentração das atividades de desenvolvimento e caráter tecnológico nos países centrais ao passo que couberam ao Brasil atividades, quase que invariavelmente, de montagem.¹²

O setor mais prejudicado no período foi a Indústria, onde se apresentou a maior destruição de empregos formais, geralmente de melhor qualidade.¹³ O câmbio valorizado e a abertura indiscriminada da economia ao comércio externo golpeou fortemente o setor industrial, que assistiu a um processo de alteração de sua estrutura, reduzindo o peso do setor no PIB e desfazendo importantes elos produtivos.¹⁴

Em acréscimo, nota-se que, para a alteração do paradigma de desenvolvimento brasileiro, o governo FHC propôs a mudança do sistema nacional de relações de trabalho, a fim de permitir uma maior flexibilização no estabelecimento das condições de trabalho, que tiveram pouca efetividade no combate ao desemprego e a formalização do vínculo empregatício.¹⁵

¹¹ BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. S. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*.

¹² CARLEIAL, L. *Subdesenvolvimento globalizado: a resultante da escolha da política econômica brasileira nos anos noventa*.

¹³ POCHMANN, M. *O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas*.

¹⁴ IEDI. *A evolução da estrutura industrial*.

¹⁵ PRONI, M.; HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. "Apresentação".

Assim, com a PEA crescendo mais que a oferta de empregos num cenário de precarização do trabalho, de acentuação da tendência ao desemprego estrutural e de aumento das desigualdades sociais, percebe-se um agravamento da instabilidade e da insegurança dos trabalhadores. Tal movimento de desestruturação do mercado de trabalho, associado a um tecido social tão debilitado e com laços de solidariedade frágeis, tende a fazer eclodir fatores de agravamento da violência e do caos social.¹⁶

Os problemas do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990 foram amplamente estudados e examinados suas mudanças quantitativas e qualitativas, assim como a heterogeneidade das ocupações e os fatores responsáveis pelo desemprego, resultantes tanto da expansão da oferta de mão-de-obra quanto do processo de destruição e criação de empregos, motivados pelo comportamento mais geral da economia.¹⁷ Na nova estrutura produtiva brasileira dos anos 1990, o setor Industrial e a Construção Civil foram os setores onde mais se ampliou o desemprego. Por sua vez, o setor de Serviços, visto como um setor altamente dinâmico na geração de postos de trabalho, não foi capaz de compensar essa destruição.

Os últimos anos da década foram marcados por seguidas crises, com a cambial no sudeste asiático em 1997 e a moratória russa em 1998, que culminaram em um forte clima de desconfiança e conseqüente saída em massa de capitais dos países emergentes rumo aos países centrais. Como tentativa de reter os voláteis capitais internacionais especulativos, a autoridade monetária elevava a taxa de juros básica da economia, criava forte déficit público e incerteza quanto a cumprimento das dívidas públicas. Nesse contexto, o crescimento sustentado não é viável. A única solução então foi a desvalorização cambial em 1999, o que reinseriu o receio da reaceleração inflacionária, suprida pela adoção da política de metas de inflação.

Em paralelo às metas de inflação, a política fiscal prezou pela austeridade com a finalidade de garantir superávits primários, através tanto do aumento de arrecadação quanto de contenção de gastos estatais. Nesse cenário a política cambial funcionava como um mecanismo de ajuste aos desequilíbrios externos.¹⁸ Cabe salientar que entre 1999 e 2001, o país assinou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para disponibilização de US\$ 18,0 bilhões,

¹⁶ POCHMANN, M. *Emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*.

¹⁷ POCHMANN, M. *O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas*.

¹⁸ IBGE. *Panorama da economia brasileira*.

mediante o cumprimento de diversas exigências no sentido de cumprimento de desempenho fiscal e austeridade monetária. Havia ficado claro que ao menor sinal de turbulência externa, o país estava sujeito à fuga em massa de capitais estrangeiros, que reduzia o superávit da conta da conta capital forçando o Banco Central a recorrer a empréstimos internacionais, subordinando ainda mais o país as exigências das instituições monetárias internacionais.

1.2 Economia brasileira nos anos 2000: inflexão e continuidade

O período iniciado em 1999, com a desvalorização cambial, representa um novo arranjo da política macroeconômica nacional. A taxa de câmbio, que entre 1994 e 1998 girou em torno da paridade US\$ 1,00/R\$ 1,00, passou por exemplo em fevereiro de 1999 a US\$ 1,00/R\$ 1,90, impactando drasticamente na formação interna dos preços e na competitividade brasileira no comércio internacional.¹⁹

A nova postura da política cambial, do relacionamento entre autoridade monetária, tesouro nacional e mercado financeiro, com fortalecimento do vínculo entre as decisões de política e as expectativas do mercado. A mudança de regime macroeconômico, de claro corte liberal, com foco na proteção ao direito de propriedade, minimização das assimetrias e “falhas de mercado”, no entanto, não foi capaz de retomar o crescimento e reduzir a alta volatilidade, aumentando a especialização da economia brasileira em setores ricos em recursos naturais, menos dinâmicos.

A desvalorização cambial, por mais acentuada que fosse, não era capaz por si só de reverter o processo de reestruturação produtiva e inserção externa que o Brasil assumiu ao longo dos anos 1990. Assim, o país, com a melhoria da competitividade externa, assistiu a uma aceleração forte do saldo comercial, baseada nos setores competitivos, principalmente o agronegócio e a indústria extrativa, aprofundando a especialização produtiva do país. O investimento nesse contexto de grande incerteza pela mudança dos arranjos macroeconômicos foi fortemente impactado. Tanto pelo desconhecimento dos efeitos da desvalorização cambial sobre a inflação, quanto pelo recuo do consumo das famílias, demonstrando queda de dinamismo interno.

No ano 2000 foi verificado o maior crescimento do PIB desde 1995, na ordem de 4,3%. Entretanto, nos dois próximos anos, os últimos do governo FHC, fica evidente a escolha por um modelo de crescimento instável de baixo dinamismo. Como principais elementos determinantes da estagnação da economia nesses dois anos é possível destacar a acentuação dos gargalos de infra-estrutura do país, exemplificada pela crise energética, a recessão americana e desaceleração

¹⁹ Taxa de câmbio obtida a partir de dados do Banco Central do Brasil.

da economia global, ambos em 2001, a instabilidade do processo eleitoral e a crise na Argentina, em 2002. O PIB então variou 1,3% em 2001, 2,7% em 2002 e 1,1% em 2003.

Cabe salientar que não fosse a desvalorização cambial, gerando uma melhor inserção externa do país, principalmente dos setores agro-exportadores, poderíamos ter visto uma fase recessiva nesse período, haja vista a trajetória declinante do consumo das famílias e do investimento.

Os movimentos do PIB estavam diretamente ligados à taxa de juros básica da economia que é determinada pelo Comitê de Política Econômica (COPOM) do Banco Central. O COPOM focado em suas metas de inflação, ao menor sinal de reaparecimento de aumento de preços, seja, por uma desvalorização da moeda, seja por aquecimento da demanda, intervém na taxa de juros elevando-a. Por outro lado, a taxa de câmbio é diretamente influenciada pelo contexto internacional – em momentos de estabilidade se aprecia, em momentos de incerteza, se desvaloriza.

A economia brasileira, a partir de 2003, pode ser encaixada em um período que apresenta mudanças entre o relacionamento dos elementos que condicionam a expansão do produto por um lado e certa continuidade por outro. A continuidade se dá pelo fato de não se ter verificado nenhuma alteração significativa do modelo de crescimento instável de baixo dinamismo dos anos anteriores.²⁰

Internacionalmente, a partir de 2003, o período foi marcado por um grande ciclo de liquidez, em consequência da política monetária frouxa norte-americana, acelerado desempenho das economias e vigoroso comércio internacional, com crescente participação chinesa. Nesse contexto, na economia brasileira encontrava-se aberta ao capital internacional, não apresentando restrições para as liberdades de entrada e saída de recursos. Esses fluxos financeiros direcionaram-se quase exclusivamente para o mercado financeiro nacional e em conjunto com a política de restrição monetária e elevadas taxas de juros contribuía para aprofundar os efeitos dos superávits conta corrente do país, valorizando o Real.²¹

²⁰ AMITRANO, C. R. *O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites.*

²¹ BALTAR, P. et al. *Estrutura do emprego e da renda.*

Apesar da política monetária ter se tornado mais inflexível e restritiva, o Estado brasileiro passou a novamente assumir uma posição mais ativa no setor produtivo, mesmo que indiretamente, através da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, além do incentivo à expansão do financiamento, via BNDES, por exemplo. Apesar disso, não alterou de maneira considerável o modelo vigente.

Após a pequena variação da renda de 2003, no qual o PIB brasileiro cresceu apenas 1,1%, pode-se dizer que a partir de 2004 a economia nacional entra em uma nova fase de crescimento. Entre 2004 e 2007 o Produto Interno Bruto assinalou avanço médio de 4,5% ao ano contra 1,7% no período 1998-2002.

Um dos destaques desse novo período foi a retomada do crescimento econômico (5,7%) vista no ano de 2004, em virtude de um contexto externo favorável, materializado na melhor inserção comercial do Brasil e também da redução da taxa básica de juros no fim de 2003 de 26,5% a.a. para 16,5% a.a. A convergência desses dois fatores conduziu a economia a uma valorização da taxa cambial, atingindo então as expectativas inflacionárias da meta vigente na época.²²

A economia brasileira passa então a presenciar uma fase de elevado crescimento econômico que foi impulsionado, num primeiro momento pela expansão das exportações e em seguida pela reativação do consumo e investimento, com conseqüente aumento das importações.²³ O comércio internacional foi especialmente aquecido pela forte demanda e pelos preços elevados das *commodities*, visto que o Brasil além de ser um grande exportador de produtos básicos exporta seus bens manufaturados, principalmente, para países exportadores de *commodities*.²⁴

O desempenho da economia brasileira no período de 2004-2007 pode ser melhor compreendido a partir da análise das principais variáveis macroeconômicas em comparação com o período anterior, principalmente a fase 1999-2004.

²² IBGE. *Panorama da economia brasileira*.

²³ BALTAR, P. et al. *Ibidem*.

²⁴ HIRATUKA, C.; BALTAR, P. ; ALMEIDA, J. S. G. *Inserção brasileira no comércio mundial no período 1995-2005*

Fica claro na Tabela 1 a aceleração do crescimento do PIB A partir de 2004. Verifica-se aumento da taxa de variação do consumo das famílias a partir de 2003, chegando ao pico do período em 2007, na ordem de 6,3%, evidenciando a importância dessa variável para o desempenho geral da economia. É possível verificar nos dados a seguir, o peso da desvalorização cambial a partir de 1999 e seus reflexos no comércio exterior brasileiro, a partir da melhora do cenário internacional em 2004, já que até 2005 as variações das exportações são maiores que a taxa de crescimento das importações (Tabela 1). No entanto, essa tendência é revertida em 2006 e 2007, tirando então o comércio internacional da posição carro-chefe do crescimento econômico.

O investimento teve peso significativo no desempenho geral da economia, principalmente entre 2002 e 2005, apesar das altas taxas de juros em vigor até 2004. Os setores de maior destaque em 2004 foram a Indústria de Transformação e, dentro do setor de Serviços, o Comércio. Novamente, em virtude do reaparecimento, segundo o COPOM, de pressões inflacionárias, houve um aumento da taxa de juros no último trimestre de 2004, que teve reflexos em uma diminuição do crescimento do PIB em 2005, que foi de 3,2%. Ainda, apesar do refortalecimento da Indústria, esta apresenta, ao longo do período sempre variação inferior ao do setor de Serviços, com exceção do ano de 2004 (Tabela 1).

Na fase 2004-2007, então, os principais responsáveis pela nova dinâmica da economia foram o consumo e o investimento, fortalecidos diretamente pela expansão da massa salarial, além da maior capacidade de compras a prazo. A massa salarial no período apresentou crescimento elevado em virtude da expansão do emprego, do crescimento do salário mínimo real, além dos reajustes salariais para determinadas categorias acima da inflação. Nesse sentido é importante salientar que o peso do aumento da renda média para a elevação da massa salarial foi maior que a influência do aumento do emprego, cabendo ainda levantar que o aumento dos rendimentos foi maior nos setores com os menores níveis salariais destacando a importância do salário mínimo na dinâmica dos rendimentos.²⁵ Já a maior capacidade de compras a prazo adveio da forte expansão do crédito no país na segunda metade dos anos 2000.

²⁵ BALTAR, P. et al. *Estrutura do emprego e da renda*.

Tabela 1
Variação do PIB a preços de mercado e dos principais componentes frente o ano anterior (%)

Ano	Ótica da Demanda					Ótica da Oferta		
	PIB	Consumo	Investimento	Exportações	Importações	Indústria	Serviços	Agropecuária
2002	2,7	1,9	7,4	7,4	-11,2	2,1	3,2	6,6
2003	1,1	-0,8	10,4	10,4	-1,6	1,3	0,8	5,8
2004	5,7	3,8	15,3	15,3	13,3	7,9	5,0	2,3
2005	3,2	4,5	9,3	9,3	8,5	2,1	3,7	0,3
2006	4,0	5,2	5,0	5,0	18,4	2,3	4,2	4,5
2007	5,7	6,3	6,7	6,7	20,8	4,7	5,4	5,9

Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Elaboração própria.

Por fim, o período 2004-2007 introduziu novamente a economia brasileira num eixo de forte crescimento forte do PIB, puxado pelo setor industrial, consumo e investimento. Essa dinâmica trouxe mudanças significativas ao mercado de trabalho urbano, como, por exemplo, uma tendência de formalização, combatendo a desestruturação das relações de trabalho difundida na década de 1990. Para melhor compreensão do sentido dessas transformações, no próximo capítulo serão expostos os principais resultados de uma análise bibliográfica sobre o mercado de trabalho nos anos 1990 e 2000.

Capítulo 2

Evolução do mercado de trabalho: anos 1990 e década atual

Há diversos estudos analisando os problemas do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990. Merecem maior destaque as análises feitas pelo Dieese (2001), que trata da grande heterogeneidade presente no país, em termos de distribuição de renda entre as famílias e as regiões, a deterioração pela qual as ocupações passaram nos anos 1990, assim como a situação das negociações coletivas na década. Temos ainda a obra de Jorge Mattoso (2000), dimensionando e ressaltado o crescimento do desemprego no país e mais sério ainda a explosão menos visível da precarização do mercado de trabalho, e de Márcio Pochmman (2001), tratando da qualidade das ocupações no mercado de trabalho e do fenômeno do desemprego no Brasil nos anos 1990, dentre outros autores.

Nesses estudos foram examinadas as mudanças quantitativas e qualitativas, assim como a heterogeneidade das ocupações e os fatores responsáveis pelo desemprego, resultantes tanto da expansão da oferta de mão-de-obra quanto do processo de destruição e criação de empregos, motivados pelo comportamento mais geral da economia. Nas pesquisas foram identificadas a proliferação da precarização das relações de trabalho e a expansão do mercado informal como alternativas ao agravamento do desemprego.

Já nos anos 2000, principalmente na segunda metade, após uma década de reformas liberais e transformações significativas na economia em todas suas esferas, começaram a ser notadas algumas mudanças no perfil do mercado de trabalho brasileiro. O desemprego começou a declinar, assim como o setor informal do mercado de trabalho, em resposta ao crescimento da economia e à nova postura do Estado, sob diversos órgãos, como Ministério do Trabalho, Justiça Trabalhista, entre outros. O crescimento da economia brasileira, principalmente a partir de 2004, foi puxado pela melhor inserção comercial internacional, possível pelo contexto externo favorável e pelo câmbio desvalorizado, e também pela aceleração do consumo das famílias e do investimento.

No entanto, mais escassos são os estudos a respeito do mercado de trabalho entre 2005 e 2008. Neste capítulo serão tratadas as questões referentes aos impactos das transformações da

economia e da política econômica sobre o mercado de trabalho na década atual e na anterior, com intuito de mostrar como os estudos realizados interpretam a atual trajetória do mercado de trabalho e suas diferenças frente a dinâmica dos anos 1990.

2.1 Reflexos da reestruturação produtiva dos anos 1990 no mercado de trabalho brasileiro

Como tentativa de superar a estagnação e a crise dos anos 1980 foram adotadas no Brasil nos anos 1990 durante o governo Collor e FHC, como apresentado no capítulo anterior, ações de caráter liberal, com intuito de reformar o Estado e a economia, objetivando modernizar o país e reinseri-lo na economia mundial.

No entanto, o que se verificou na década de 1990 foi um intenso processo de reestruturação produtiva, com perda de papel significativo da Indústria e incapacidade do setor de Serviços de compensar as destruições de empregos. Foi observada então uma profunda desestabilização do processo de estruturação do mercado de trabalho. No contexto de aceleração do desemprego, o trabalho por conta-própria e sem carteira assinada eram as alternativas para inserção no mercado de trabalho, sem contar ainda com as remunerações corroídas pela incontrolável inflação, colocando os trabalhadores urbanos em uma situação extremamente frágil.

Tabela 2
Distribuição dos ocupados não agrícolas segundo posição na ocupação
Brasil: 1989-1999

Posição na ocupação	1989	%	1999	%	Variação
Empregado	30.818.883	66,8	32.387.786	60,1	1.568.903
Conta-própria	8.489.033	18,4	12.104.061	22,5	3.615.028
Empregador	1.983.850	4,3	2.453.606	4,6	469.756
Não-remunerado	968.857	2,1	1.598.413	3,0	629.556
Serviço doméstico	3.875.428	8,4	5.334.533	9,9	1.459.105
Total	46.136.051	100,0	53.878.399	100,0	7.742.348

Fonte: IBGE – PNAD, 1998-1999.

Elaboração BALTAR, P. (2003)

Ao longo dos anos 1990 é notável a expansão dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores domésticos, evidenciando assim a incapacidade do mercado convencional de ocupar os trabalhadores urbanos (Tabela 2).

Verificou-se também um enfraquecimento da elasticidade produto-ocupação, em comportamento ligado a desestruturação da indústria após abertura abrupta da economia às

importações nos anos 1990, já que aumentos na demanda tinham repercussões no exterior. Como ilustração, a elasticidade produto-ocupação nos anos 1980 era de a cada 1,0% de crescimento do PIB, havia aumento de 1,17% da ocupação, taxa essa passando para 0,69% nos anos 1990.²⁶

Setorialmente, a Indústria e a Construção Civil foram os setores onde mais se ampliou o desemprego. Por sua vez, o setor Serviços, visto como altamente dinâmico na geração de postos de trabalho, não foi capaz de compensar essa destruição. É importante destacar que a perda de participação das ocupações industriais no total de ocupados é uma tendência mundial nos países capitalistas desenvolvidos, já que os Serviços de qualidade relativos às indústrias assumem cada vez maior participação. No entanto, no Brasil tivemos uma industrialização incompleta, o que dificulta a expansão do setor de Serviços ligado ao novo paradigma técnico-produtivo.

Pode-se dizer que na década de 1990 se assistiu aos mesmos processos de proliferação da informalidade e precarização das relações de trabalho vistas na década anterior, com a adição de mais um elemento agravante - o elevado desemprego. O crescente número de desempregados é reflexo do comportamento das empresas que no contexto liberal buscavam um ajuste mais rápido as variações de demanda, principalmente através das demissões.

A inserção da economia brasileira na globalização neoliberal a partir dos anos 1990, então, agravou os elementos negativos trazidos da década passada e inseriu novos desafios para a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho.

Com isso, há uma fragilização da estrutura ocupacional nos anos 1990, gerada pela incapacidade da Indústria de gerar empregos, com respectivo aumento da participação do setor Serviços e aumento das relações de trabalho à margem da legislação trabalhista, paralelamente ao aumento do trabalho autônomo e em serviços domésticos, como alternativas ao desemprego.²⁷

O mercado de trabalho formal passou por um processo de estreitamento, ao passo que houve um grande aumento no contingente de trabalhadores sem registro em carteira ou mesmo sem vínculo de emprego, sob a forma de trabalhadores por conta própria, pequenos empreendedores não-agrícolas, serviços domésticos remunerados, além de trabalhadores não-remunerados – estagiários e parentes colaboradores dos trabalhadores por conta própria. Por

²⁶ POCHMANN, M. *O emprego na globalização*.

²⁷ DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*.

exemplo, os empregados por conta própria representavam 23,3% dos ocupados brasileiros em 1999.²⁸

Olhando especificamente a Indústria de transformação é possível afirmar que com a abertura comercial e câmbio valorizado, a partir de 1994, o emprego formal na grande e média empresa foi severamente impactado, apresentando redução de 55,2% e 25,2%, respectivamente, na comparação entre 1999 e 1989. Por outro lado, o emprego formal nas pequenas empresas do setor industrial cresceu 13,8% no período, possivelmente pela expansão da terceirização, criando postos de trabalho em estabelecimentos prestadores de serviços como segurança, limpeza e outros.²⁹

Observaram-se ainda algumas alterações na composição da mão-de-obra ocupada, como a maior participação das mulheres e a elevação do desemprego dos jovens de 16 a 24 anos. A participação feminina no mercado de trabalho aumentou nos anos 1990, mas com enorme dificuldade em razão do desempenho geral da economia, sinalizado pelo aumento do desemprego das mulheres, fato aparentemente contraditório, mas explicado pela incapacidade da economia de absorver a PEA feminina crescente. Apesar disso, as dificuldades gerais do mercado de trabalho se aplicam tanto a homens quanto a mulheres, ou seja, esse mercado ficou mais desfavorável para ambos na década de 1990, fazendo com que as diferenças entre os sexos, apesar de expressivas, apresentassem recuo.³⁰

A situação dos jovens de 16 a 24 anos na década de 1990 foi extremamente delicada. Ao longo da década de 1990, a taxa de desemprego entre essa faixa etária ultrapassa 30,0% nas regiões metropolitanas brasileiras, além de ter presença bastante significativa de precariedade, sem contrato de trabalho e proteção das leis trabalhistas, remunerações baixas e baixa escolaridade.³¹

Em meio às elevadas taxas de desemprego, na década de 1990, criou-se um debate de que esse processo de baixo dinamismo do mercado de trabalho era inevitável, sendo necessário, por parte dos trabalhadores, a elevação de sua qualificação como única forma de evitar a “inempregabilidade”. Os autores liberais criadores desse conceito defendiam até que a inserção

²⁸ DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*.

²⁹ OLIVEIRA, T. *Transformações recentes do emprego na grande empresa industrial no Brasil*.

³⁰ LEONE, E. *O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras*.

³¹ DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*.

desses trabalhadores inempregáveis no mercado de trabalho informal era uma boa alternativa, dispensando o Estado de ampará-los com seguro desemprego e outras políticas sociais.³² Realmente se observou uma elevação na qualificação dos empregados nos anos 1990, no entanto, contraditoriamente, os setores que mais criaram oportunidades de ocupação, não eram setores pertencentes a chamada “nova economia”, mas sim setores como Serviços domésticos e Construção civil, todos com remuneração média bastante baixa e tradicionalmente geradores de ocupações de baixa qualidade.³³

A trajetória de evolução dos rendimentos reais médios do trabalho principal, a partir dos anos 1990, apresenta grande variedade de comportamentos. Com a implementação do Plano Real verificou-se avanço de 25,0% dos salários reais médios em apenas dois anos, passando a R\$ 795,00 em 1995. Nos anos seguintes não se verificou um avanço tão acentuado, com inclusive um recuo em 1999, mais acentuado nas regiões metropolitanas. Verificando o desempenho dos rendimentos segundo a posição na ocupação, entre 1993 e 1998, o rendimento médio real dos trabalhadores sem carteira cresceu 48,5% no período, chegando a R\$ 416,10. Já o rendimento dos trabalhadores por conta-própria assinalou alta de 19,5%, chegando a R\$ 716,40, enquanto que o salário médio dos trabalhadores com carteira assinada avançou 13,5%, ao chegar a R\$ 984,10 em 1998.³⁴

Olhando os rendimentos do trabalho pela ótica do salário mínimo, na primeira metade dos anos 1990, o salário mínimo brasileiro apresentou tendência de estagnação quando descontados os efeitos da inflação, entrando num processo de valorização a partir do Plano Real. Apesar da relativa valorização do salário mínimo a partir de 1994, estima-se que cerca de um terço dos trabalhadores recebem até 1 salário mínimo.³⁵ Esse fato expõe a fragilidade na qual grande parcela de trabalhadores está exposta, dependendo diretamente das políticas públicas para melhoria da qualidade de vida.

Olhando para a distribuição da renda dentro dos componentes da demanda, os dados para a década de 1990 mostram uma substantiva queda na participação da remuneração dos empregados no total da renda. Essa participação recuou de 37,5% em 1991 para 32,8% em 1999.

³² AMADEO, E. ; CAMARGO, J. *Regulations and flexibility of the labor market in Brazil*.

³³ POCHMANN, M. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*.

³⁴ IPEA. *Brasil: o estado da nação*.

³⁵ POCHMANN, M. *Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil*.

Se excluídas as contribuições sociais, as taxas são 32,0% e 26,5%, respectivamente. Com isso na década de 1990 a classe trabalhadora apresenta uma forte compressão do poder de compra.³⁶

Em termos de distribuição de renda é possível concluir ainda que a década de 1990 foi marcada pela reprodução, além do desemprego, da desigualdade dentro do mercado de trabalho existente nos anos 1980, principalmente se confrontado aqueles que auferem sua renda diretamente do trabalho contra aqueles que têm sua renda na propriedade do capital.³⁷

É importante salientar a visão apocalíptica sobre o estreitamento do mercado formal de trabalho, veiculada nos anos 1990 e utilizada como argumento para explicar o aumento do desemprego no período. Alguns atribuem o problema na geração de emprego à regulação pública excessiva do mercado e das relações de trabalho.³⁸

Com dados da Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE, por exemplo, é possível verificar claramente o agravamento do desemprego, ao passar de 4,7% em 1990 para 8,3% no final da década. Em paralelo ainda, a duração do desemprego aumentou consideravelmente no período.

O desemprego nesse período, de fato, foi apenas a ponta de um imenso *iceberg*, sendo a desestruturação do mercado de trabalho o problema mais grave. Menos visível é a profunda deterioração, que se expressa em contratos de trabalho crescentemente informais, precários, descontínuos, de curta duração, sem contribuição para a Previdência, além de salários variáveis e de jornadas de trabalho moduladas.³⁹

Avançou enormemente nos anos 1990 o trabalho autônomo ou por conta-própria. O trabalho autônomo cresceu a uma taxa média de 3,6% na década, ocupando 22,5% do total dos ocupados. Ainda, dado baixíssimo dinamismo do mercado de trabalho, as demais possibilidades de inserção eram o trabalho doméstico ou o trabalho assalariado informal.⁴⁰ Essa tendência foi resultado do péssimo resultado da Indústria nesse período, principalmente as firmas de grande porte, tradicionalmente responsáveis pela geração de ocupações de qualidade, ou seja, bem remuneradas e formais.

³⁶ DEDECCA, C. S. *Anos 90: a estabilidade com desigualdade*.

³⁷ Idem. *Ibidem*.

³⁸ DEDECCA, C. S. ; ROSANDISKI, E. N. *Enfim, esperança de réquiem para a tese da "inempregabilidade"*.

³⁹ MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*.

⁴⁰ BALTAR, P. E. *A Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990*.

A informalidade crescente dos anos 1990 pode ser enxergada ainda através do indicador grau de informalidade, no qual divide-se o total de trabalhadores informais pelo total de ocupados. No caso das regiões metropolitanas, entre 1991 e 1996 o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 47%, por fim chegando a 50% nos últimos meses de 1999. Setorialmente, entre 1991 e 1999, a informalidade do setor de Serviços permaneceu praticamente constante no elevado nível próximo de 60%, enquanto para a Indústria a informalidade dobrou ao passar de 15% para 30% no fim da década.⁴¹

Na década de 1990, contribui também ao grande contingente de trabalhadores informais a falta de instrumentos suficientes para garantir o cumprimento das leis trabalhistas. Essa deficiência foi fruto da decisão política de afrouxar a fiscalização, evidenciada através do congelamento da quantidade de fiscais e falta de materiais necessários.

⁴¹ LAURO, R. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*.

2.2 Mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000

De acordo com o IPEA na década atual, apesar de alguns indicadores do mercado de trabalho mostrarem que as tendências da década de 1990 pouco se alteraram, há dados que apontam para uma inflexão nos desempenhos da economia e do mercado de trabalho, explicitada na maior elasticidade da ocupação não-agrícola frente ao crescimento do PIB e na ampliação da formalização dos vínculos empregatícios. Com o novo regime cambial, o comércio externo brasileiro despontou como um dos grandes responsáveis pelo crescimento da economia a partir de 2004, acompanhado pela recuperação do emprego assalariado formal, mas com crescimento da renda real média do trabalhador um tanto menor.⁴²

Entre as análises do período recente, pode-se também destacar a *Carta Social e do Trabalho*, publicada pelo Cesit da UNICAMP, que contém análises das tendências e das transformações do mercado de trabalho brasileiro a partir de 1999. Nessas publicações é salientada a recuperação da ocupação após a desvalorização da moeda, proporcionada principalmente, pelo bom desempenho do comércio mundial, favorecendo as exportações brasileiras. Internacionalmente, após 2004, a economia global apresenta crescente liquidez e a participação da economia chinesa é cada vez mais elevada.

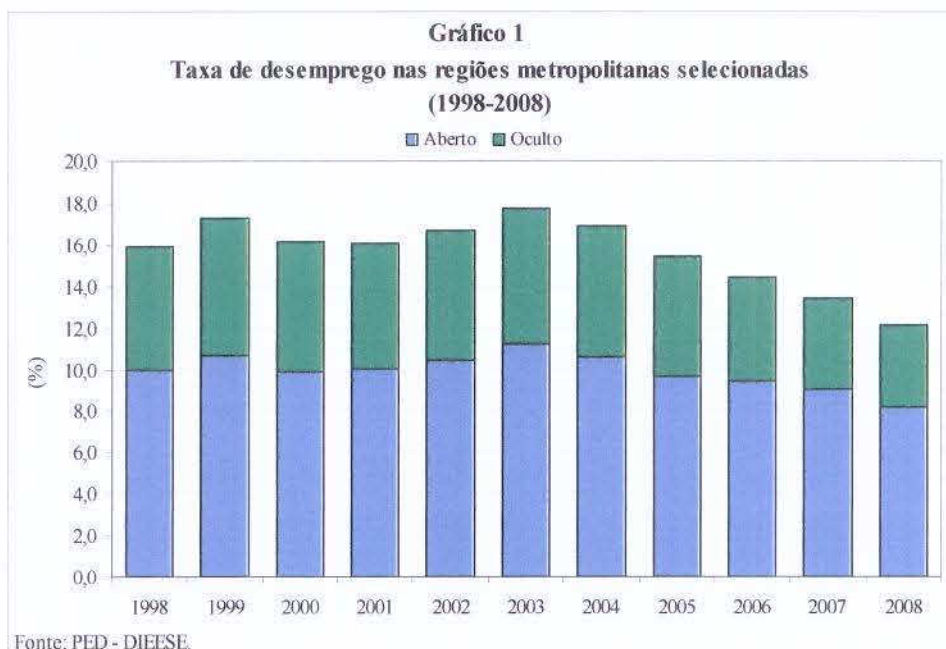
Não havia sido prevista essa absorção de mão-de-obra pois se ignoraram os efeitos da Divisão Internacional do Trabalho, uma vez que, com a abertura do comércio internacional, mundialmente o setor de Indústria de Transformação não reduziu o nível de emprego.⁴³ O que ocorreu foi uma reorganização da mão-de-obra industrial entre os países.

Apesar de não ser o objeto deste estudo, é importante destacar o comportamento do desemprego no Brasil, por tratar-se de um importante indicador de desempenho do mercado de trabalho. Através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (DIEESE), é possível notar que o desemprego cresceu bastante rapidamente ao longo dos anos 1990, tendo chegado nas regiões metropolitanas a 17,3% a taxa de desemprego total (10,7% de desemprego aberto e 6,7% de desemprego oculto). Na primeira metade dos anos 2000, a taxa permaneceu praticamente constante entre 2000 e 2001,

⁴² IPEA. *Brasil: o estado da nação*.

⁴³ POCHMANN, M. *Qualidade das ocupações no Brasil*.

passando a elevar-se entre 2002 e chegando ao seu pico em 2003, na ordem de 17,8%. A partir de então a taxa de desemprego vem apresentando taxas menores ano-a-ano, levadas tanto pela redução do desemprego aberto quando do oculto (Gráfico 1).



É preciso, portanto, investigar mais atentamente o significado das mudanças quantitativas e qualitativas do mercado de trabalho brasileiro. Está claramente evidenciado que entre 1999 e 2003, com a mudança do regime cambial, o abandono do câmbio fixo do Real frente ao Dólar, a criação de metas de inflação e a promoção de elevados superávits fiscais, num contexto internacional favorável, houve um fortalecimento das ocupações formais no Brasil, principalmente na Indústria.

Essa fase insere nova dinâmica no mercado de trabalho e a partir desse momento os grandes empreendimentos passam a liderar a criação de empregos formais na Indústria, com elevação de 55,5% entre 1999 e 2005. Desempenho este acompanhado de perto pelos

empreendimentos industriais de médio e pequeno porte, com elevação de 21,0% e 31,0%, respectivamente.⁴⁴

No período entre 2000 e 2003 foram observadas baixas taxas de crescimento, com exceção do ano 2000, assim como a elevação da elasticidade emprego/produto, estagnação da renda real e a estabilização da taxa de desemprego aberto em um patamar próximo a 10% ao ano.⁴⁵

Pode-se sugerir que a alteração da elasticidade produto-emprego, no início dos anos 2000, seria uma decorrência do esgotamento da fase anterior de reestruturação produtiva (quando houve eliminação massiva de postos por parte da grande empresa, como se observou no início dos 1990), havendo assim aumento da ocupação paralelamente ao aumento do produto.

Ainda, em todos os estudos retratando o mercado de trabalho nos anos 2000 se observou o aumento do emprego formal, até então seriamente debilitado na década anterior. Esse aumento pode ser visto também através da elevação da elasticidade da ocupação não-agrícola formal frente ao crescimento do PIB.

A formalização vista, mais fortemente após 2004, é um fenômeno aliado ao melhor desempenho das grandes empresas, principalmente na Indústria de Transformação. Em paralelo também pode ser explicado pelas mudanças ocorridas nas condições de operação da economia brasileira, como por exemplo, a maior preocupação do Estado com o setor produtivo, não necessariamente atuando diretamente, mas via políticas de incentivo à produção, crédito, entre outros, e também pela mudança de regime cambial, sem ignorar também o contexto internacional favorável.⁴⁶

No entanto, apenas esses fatores não são suficientes para entendermos o movimento de formalização do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000. Outro elemento crucial foi a alteração de postura do Estado em relação à sua obrigação de fiscalização e imposição do cumprimento das leis trabalhistas.⁴⁷ Assim, uma elevada contribuição veio também do novo posicionamento do Estado brasileiro com respeito à exigência no cumprimento da Consolidação

⁴⁴ OLIVEIRA, T. *Transformações recentes do emprego na grande empresa industrial no Brasil*.

⁴⁵ IPEA. *Boletim de Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise*, edição especial nº 13.

⁴⁶ AMITRANO, C. R. *O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites*.

⁴⁷ BALTAR, P. E.; MORETTO, A.; KREIN, J. D. *O emprego formal nos anos recentes*.

das Leis do Trabalho (CLT). As três instituições públicas responsáveis por essa postura foram: Fiscalização do MTE, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho.⁴⁸ Cabe salientar que essa nova postura ativa do Estado tem maior importância sobre a formalização da ocupação nos empreendimentos de micro e pequeno porte, pois se pressupõe que apenas eles contratam mão-de-obra de forma informal. A nova postura estatal destacada está associada não somente à tentativa de melhorar as condições dos ocupados brasileiros, mas também ao aumento de arrecadação de tributos vinculados ao trabalho formal.

Do ponto de vista produtivo, no entanto, a expansão do emprego na Indústria, na primeira metade dos anos 2000, deu-se na utilização de capacidade ociosa e não através de novos investimentos. Ainda, o setor de Serviços, bastante dinâmico no período não é tradicionalmente gerador de ocupações de qualidade. Também se verifica que, como a taxa de desemprego nesse período encontrava-se em um patamar elevado, na primeira metade dos anos 2000, as empresas adotaram como estratégia a demissão e consequente contratação de outro trabalhador para a mesma função com menor remuneração, aumentando assim a rotatividade no trabalho e reduzindo a média dos rendimentos.

O caso dos jovens no mercado de trabalho na primeira metade dos anos 2000 não apresentou melhorias frente a década anterior. Entre 2001 e 2005 o desemprego entre os indivíduos de 16 a 24 anos passou de 3,5 milhões para 4,2 milhões, igualando-se numericamente ao desemprego “adulto”. Nesse contexto, os jovens oriundos de famílias com maior vulnerabilidade social são os que mais dificuldades encontram para inserirem-se no mercado de trabalho, submetendo-se às piores condições de trabalho e remuneração.⁴⁹ Isso gera uma pressão por políticas públicas para melhorarem a qualidade do acesso dos jovens das camadas mais pobres ao mercado de trabalho.

No que tange a participação feminina no mercado de trabalho é possível afirmar que houve uma aceleração da participação das mulheres, em paralelo a uma tendência de formalização mais forte entre as mulheres (5,4%) que para os homens (4,3%), entre 2004 e 2006.⁵⁰

⁴⁸ BALTAR, P.; KREIN, J. D.; MORETTO, A. *O emprego no início do século XXI*.

⁴⁹ PRONI, M. ; RIBEIRO, T. *A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro*.

⁵⁰ LEONE, E. ; BALTAR, P. *Economia e mercado de trabalho no Brasil*.

Apesar do aumento do número de trabalhadores pertencentes ao mercado de trabalho formal, ainda permaneceu elevada a parcela de indivíduos sem acesso a esse grupo. Assim, a precarização evidenciada nos anos 2000 foi vista principalmente através da expansão das relações de trabalho, na forma, principalmente, de contratos continuamente flexíveis, quando presentes. Nesse tipo de contrato há um grande aumento da insegurança e instabilidade do trabalhador, já que este está submetido a uma maior liberdade por parte dos empregadores na arrematação e demissão. As principais modalidades de flexibilidade encontradas atualmente são: facilidade de romper o contrato de emprego, contratos por tempo determinado, relações de emprego disfarçadas, terceirização e informalidade.⁵¹

Contribuindo para o debate, o pesquisador Anselmo Luís dos Santos, em seu artigo publicado na *Carta Social e do Trabalho* nº 3, levanta diversos pontos a serem entendidos sobre as tendências em meados dos anos 2000.⁵²

Segundo Santos, em texto tratando o mercado de trabalho até 2005:

Em 2004 e 2005, com uma taxa média mais elevada de crescimento econômico (3,6%), que foi também estimulada por um forte crescimento das exportações e menor ritmo das importações, o emprego formal elevou-se num ritmo bem maior (5,7%), mas a relação emprego formal/produto reduziu-se para 1,58, ficando mais próxima da vigente na segunda metade dos anos 80 do que das verificadas no período 1994-98 e no período 1999/2003. (SANTOS, pág. 23, 2006).

Por outro lado, o texto aponta também o fato de que entre 1999 e 2003, proporcionalmente, o crescimento do emprego formal nas pequenas empresas, que tradicionalmente pagam menores remunerações, oferecem menos benefícios e piores condições de trabalho, foi maior do que nas médias e grandes empresas. O que se traduziria numa incapacidade do mercado de trabalho formal, entre 1999 e 2003, de contribuir para a melhoria da

⁵¹ KREIN, J. D. *O avanço da contratação flexível*.

⁵² SANTOS, A. L. *Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho*.

estrutura ocupacional, de rendimentos e de condições de trabalho.⁵³ Assim é necessário analisar essa questão no período recente (2004-2007) para podermos confirmar ou não essa tendência.

A renda média real dos ocupados no trabalho principal apresentou uma queda sistemática nos primeiros anos da década atual. Observa-se que foi justamente nos anos de maior inflação e menor taxa de crescimento do PIB, ou seja, 2002 e 2003, que a queda nos rendimentos reais foi mais acentuada. Cabe salientar que nos anos em que ocorreu crescimento do PIB e do emprego não houve recuperação correspondente na renda do trabalho.

Essa queda de rendimentos afetou todas as categorias de posição na ocupação, ainda que com intensidades diferentes. Assim, o rendimento real dos empregados com carteira assinada, por exemplo, sofreu queda mais acentuada na primeira metade da década do que o rendimento dos trabalhadores sem carteira, que pouco se alterou. Também se verificou intensa perda nos rendimentos reais dos trabalhadores por conta-própria no período, superior à perda média dos ocupados.

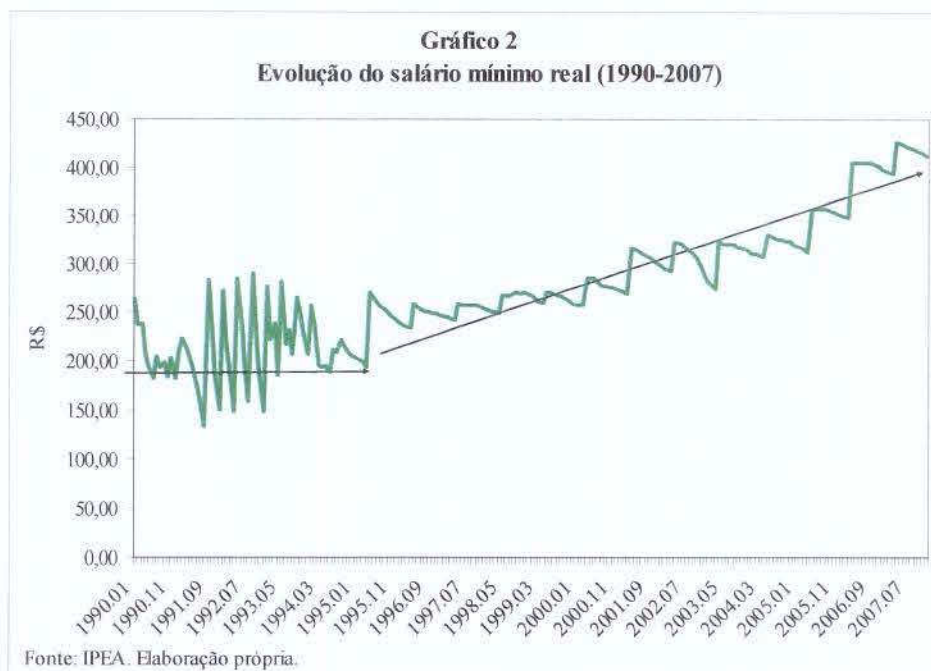
Apesar do aumento da ocupação na primeira metade dos anos 2000, é importante salientar que nesse período há um aumento das ocupações de baixa qualidade, verificado na análise dos rendimentos recebidos. Dentre as ocupações criadas entre 1999 e 2004, 63,7% recebiam até um salário mínimo.⁵⁴

Portanto, tendo em vista a recuperação da ocupação formal nos últimos anos, acompanhada pelo fortalecimento dos rendimentos reais dos trabalhadores, é preciso ainda compreender em que medida o processo de precarização do mercado de trabalho, verificado ao longo da década de 1990, de fato recuou nos anos 2000.

De qualquer modo, apesar da ampliação recente da ocupação formal, a característica precariedade do mercado de trabalho, predominante na década de 1990, os baixos rendimentos, a elevada rotatividade e proliferação das formas flexíveis de contratação continuam ainda presentes na década atual. Essa combinação tem efeitos sobre o mercado de trabalho que precisam de maiores reflexões.

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ POCHAMNN, M. *Qualidade das ocupações no Brasil*.



No próximo capítulo será feita uma análise a respeito de como as mudanças ocorridas na estrutura ocupacional não-agrícola e na evolução e distribuição dos rendimentos dos trabalhadores, entre 2002 e 2007.

Capítulo 3

Estrutura ocupacional urbana entre 2002 e 2007

Para uma melhor compreensão, após as transformações da década de 1990, da atual situação do mercado de trabalho não agrícola brasileiro é fundamental o estudo da estrutura ocupacional urbana e dos rendimentos do trabalho. No atual capítulo será verificada a evolução dos ocupados por ramo de atividade, verificando se houve transformações significativas no período recente. A análise será baseada nos ocupados por categoria de posição na ocupação no setor formal no período, a fim de qualificar a tendência de formalização verificada nos anos 2000. As variações nos rendimentos reais recebidos pelos ocupados será tema do próximo capítulo. Antes da análise dos resultados obtidos a partir da base de dados PNAD, é importante fazer alguns esclarecimentos e apresentar alguns conceitos utilizados nesta pesquisa.

O universo de estudo delimitado na pesquisa é composto por todos os ocupados com dez ou mais anos de idade e que exerceram alguma atividade laboral não agrícola na semana de referência da PNAD (no caso, no mês de setembro de cada ano). Com isso, não é tratada a questão do desemprego, apesar de sua grande relevância como indicador de desempenho do mercado de trabalho, para que assim seja possível dar um maior foco nas mudanças da estrutura ocupacional do mercado de trabalho urbano e na variação das ocupações não agrícolas, de acordo com a posição na ocupação, assim como na evolução recente dos rendimentos dos trabalhadores. Assim, é possível analisar melhor a questão da informalidade e da precarização.

Também se deve esclarecer o motivo de se priorizar a análise da estrutura ocupacional e os rendimentos do trabalho no chamado setor formal da economia⁵⁵, definido no Brasil como as unidades econômicas estruturadas, nos quais as principais relações trabalhistas não sejam familiares, ou de forma mais prática, que possua Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica⁵⁶. Com esse recorte é possível compreender o rumo atual e a tendência do mercado de trabalho em questão de emprego formal e informal, a partir da ótica dos principais setores de atividade.

⁵⁵ Foi excluído do universo estudado os ocupados, além do setor agrícola, do ramo Atividades mal definidas ou não declaradas.

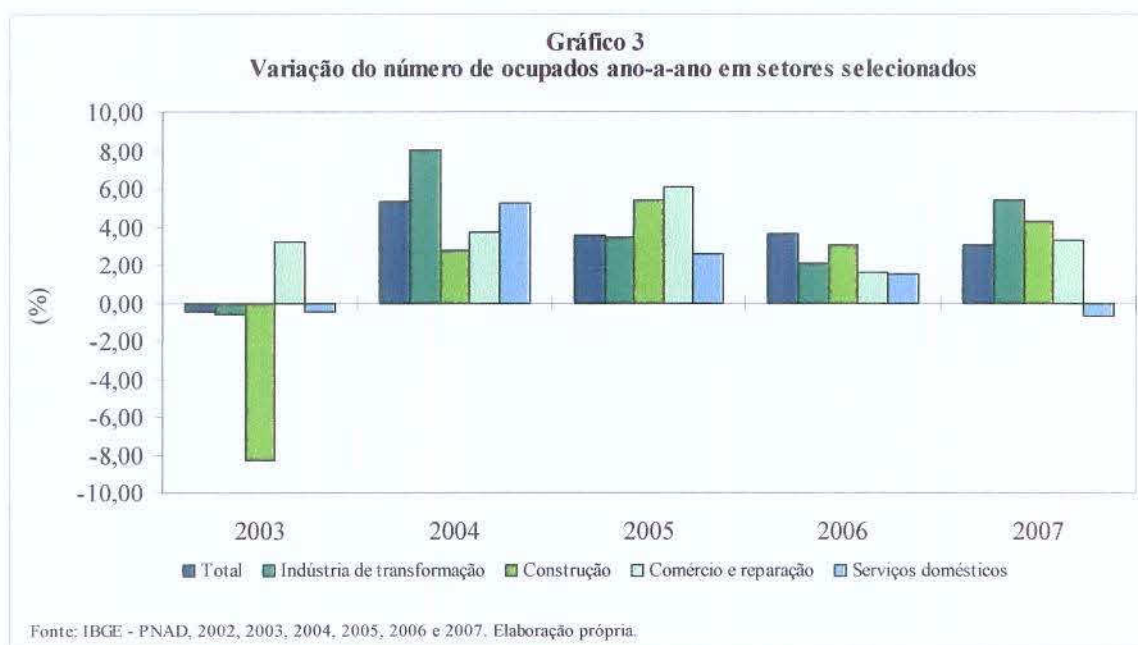
⁵⁶ IBGE. *Setor e emprego informal no Brasil*.

A bibliografia consultada enfatiza os sinais de precarização nas atividades industriais e no setor terciário (comércio e serviços) na década de 1990, assim, é preciso verificar se tais sinais continuam a se manifestar na década atual. Já a análise da ocupação no setor agrícola exigiria um estudo específico, que não foi desenvolvido nesta monografia.

É importante destacar, ainda, que o recorte urbano da ocupação foi feito a partir da atividade produtiva do indivíduo e não de seu local de residência. Assim, por exemplo, determinado ocupado, mesmo morando na zona rural se encontrará na população estudada desde que exerça alguma atividade ocupacional não agrícola. Por outro lado, os trabalhadores que residem no meio urbano mas exercem atividades agrícolas não estão retratados no universo da pesquisa.

3.1 Ocupação urbana entre 2002 e 2007 por setores de atividade

O total de ocupados em atividades urbanas variou em média 2,99% ao ano entre 2002 e 2007, com destaque positivo para o ano de 2004, quando se observou taxa de 5,30%, contraposto a única variação negativa do total de ocupados de -0,44%, vista em 2003. No confronto direto entre os dois anos limites da amostra (2002 e 2007), a ocupação urbana variou 15,9%. No período houve a criação líquida de 9,45 milhões de postos de trabalho, ao passar de 59,48 milhões de pessoas ocupadas em 2002 para 68,94 milhões em 2007.



No gráfico 3 é possível visualizar a variação ano-a-ano dos setores mais relevantes em termos de número de ocupados. Fica evidente quais anos foram mais favoráveis à expansão da ocupação, como por exemplo o ano de 2004 e 2005, e, em sentido oposto, os anos menos dinâmicos. Em 2003, o total de ocupados apresentou um pequeno recuo, na ordem de 0,44%, sendo reflexo do comportamento da Indústria, Construção e Serviços, dentre outros setores. O Comércio e Reparação, ao crescer 3,2% na passagem de 2002 para 2003, foi uma exceção, sendo um dos poucos resultados positivos. O Comércio e Reparação, por sua vez, estendeu sua taxa de

variação positiva em níveis elevados nos anos seguintes, com crescimento médio no período entre 2002-2007 de 3,56%.

Em 2004, o carro-chefe do mercado de trabalho em termos de novas ocupações foi a Indústria de Transformação, ao crescer 8,05%, carregando consigo a taxa global para uma alta de 5,3%. Esse desempenho positivo está associado à melhor inserção externa do país, após desvalorização cambial de 1999, em virtude do contexto internacional favorável.

Em 2005, os principais ramos produtivos expandiram seus números de ocupados aproximadamente no mesmo ritmo, em cerca de 3,5%. Aqui novamente o Comércio e Reparação foi o grande destaque positivo, ao assinalar expansão de 6,07%, a taxa mais alta verificada para esse setor econômico em todo o período. Já no ano de 2006, todos principais setores apresentaram taxas de crescimento dos ocupados em menor nível que o total da economia. Isso nos permite concluir que o total de ocupados apresentou elevação em virtude dos demais setores produtivos, 6,63% e 15,90%, respectivamente.

Outro fato de destaque é a recuperação da Construção, que até 2006 estava em patamares inferiores em termos de trabalhadores ocupados em relação ao observado em 2002, principalmente em virtude do forte recuo na passagem de 2002 para 2003, quando os ocupados no setor diminuíram 8,33%. Nos anos seguintes, o ramo apresentou taxas positivas, no entanto, ao final do período verificou-se uma expansão da ocupação inferior ao geral da economia.

No último ano do período estudado, é verificado mais uma vez a expansão, em relação a 2006, mais acelerada da Indústria de Transformação frente os demais setores, compensando a perda de ocupações de setores como Serviços Domésticos, por exemplo (Gráfico3). Dentre os demais setores, em 2007 em relação ao ano imediatamente anterior, é possível ainda destacar a performance do setor Transporte, armazenagem e comunicação (7,76%).

Merece um maior detalhamento o comportamento do setor Serviços Domésticos no período. Este, um dos ramos que mais absorveu trabalhadores nos anos 1990, apresentou, a partir de 2003, taxas cada vez menores de crescimento, culminando num recuo de 0,7% em 2007. Este pode ser um reflexo do melhor comportamento de setores mais estruturados, que podem estar atraindo trabalhadores das atividades domésticas para ocupações de melhor qualidade. A seguir, é apresentada a evolução ao longo do período de todos os setores pesquisados (Tabela 3).

Tabela 3
Evolução dos ocupados não agrícolas de acordo com o ramo de atividade
Brasil: 2002-2007
(2002 = 100)

Ramo de Atividade	2003	2004	2005	2006	2007
Outras atividades industriais	107,56	114,76	114,22	124,69	125,50
Indústria de transformação	99,39	107,40	111,14	113,44	119,55
Construção	91,67	94,22	99,28	102,26	106,63
Comércio e reparação	103,21	107,06	113,56	115,34	119,12
Alojamento e alimentação	97,15	103,15	108,62	114,75	115,05
Transporte, armazenagem e comunicação	98,53	102,32	104,17	105,94	114,16
Administração pública	100,23	105,52	106,74	110,75	112,36
Educação, saúde e serviços sociais	98,99	102,26	106,22	110,04	115,07
Serviços domésticos	99,55	104,79	107,49	109,07	108,30
Outros serviços colet., sociais e pessoais	94,46	110,72	104,45	119,81	115,53
Outras atividades	103,51	106,64	111,60	121,21	123,99
Total	99,56	104,85	108,57	112,51	115,90

Fonte: IBGE – PNAD, 2002-2003-2004-2005-2006-2007, Elaboração Própria

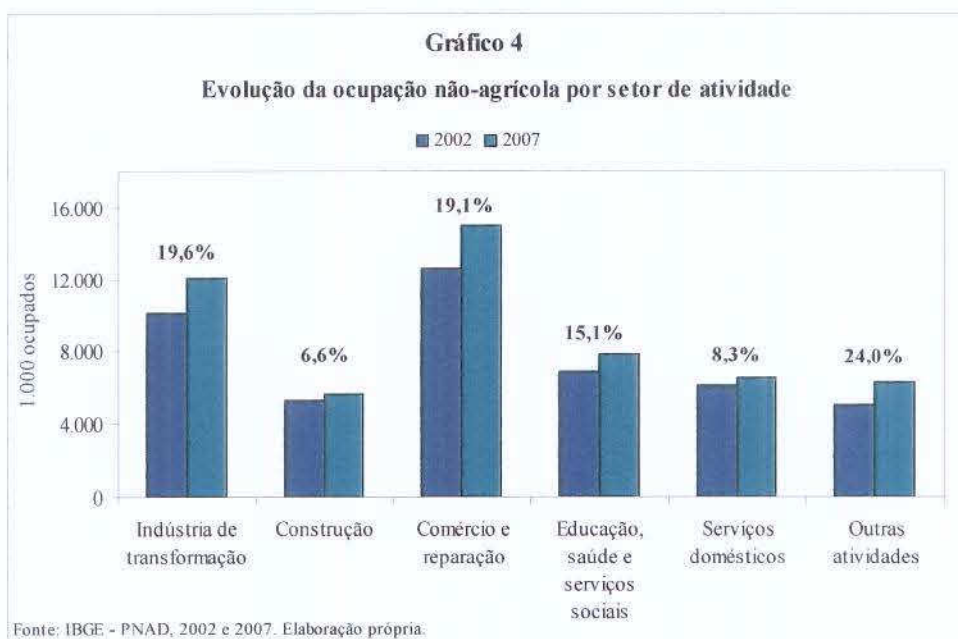
Os ocupados na Indústria de transformação e Comércio e reparação, setores de importante peso na ocupação urbana, apresentaram crescimento acima da média entre 2002 e 2007, com elevação de 19,55% e 19,12%, respectivamente. Positivamente ainda é possível destacar Outras atividades industriais com 25,5% e Outras atividades com 23,9%. Educação, saúde e serviços sociais, Transportes, armazenagem e comunicação, e Alojamento e alimentação apresentaram variação na comparação 2007/2002 semelhante à taxa média da total de ocupados (Tabela 3).

A criação líquida de ocupações, entre 2002 e 2007, é um importante elemento para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho. Obviamente os setores com maior representatividade criarão maior número de ocupações que um setor menor, mesmo que este apresente taxa de crescimento igual ou maior. No entanto, o movimento de criação de novas ocupações mais ou menos acelerado ao longo do período pode determinar alterações na composição do mercado de trabalho.

Em termos líquidos, o ramo de atividade que mais criou postos de trabalho, no período entre 2002 e 2007, foi o Comércio e reparação, com 2,4 milhões de novas ocupações (Gráfico 4). Merece destaque também a Indústria de transformação (1,98 milhões), Outras atividades (1,2 milhões) e Educação, saúde e serviços Sociais (1,0 milhão). Por outro lado, a Construção (353,8

mil), Alojamento e alimentação (388,4 mil), Outros serviços coletivos, sociais e pessoais (457,8 mil) foram os setores que menos vagas criaram no período todo.

Observando a criação de ocupações nos setores da economia sob uma diferente ótica, é possível verificar a porcentagem que essas ocupações, criadas no período, representam do total de ocupados em cada setor. Por exemplo, as novas ocupações do período 2002-2007 representa, em relação ao total de ocupados em 2007, 13,7%. Cabe salientar que dos 11 setores contemplados por este estudo, sete apresentaram taxa menor que a total do mercado de trabalho. Por outro lado, dentre os ramos que assinalaram as maiores participações de novas ocupações em relação ao total de trabalhadores naquele setor, se destacam: Outras atividades (19,3%), Indústria de transformação (16,4%), Comércio e Reparação (16,1%).



As diferentes respostas dos ramos de atividade às transformações mais gerais da economia repercutiram no mercado de trabalho através da evolução da ocupação não-agrícola em cada ramo. As diferentes taxas de crescimento ao longo do período refletem distintas capacidades de geração de empregos pelas empresas, assim como outras formas de ocupação possíveis em alguns ramos de atividade.

Na análise da participação de cada setor de atividade no total de ocupados é possível verificar quais são os mais importantes no mercado de trabalho, ou seja, quais têm maior peso em termos de número de ocupados, assim como também nos permite verificar se houve alguma transformação estrutural significativa ou o aprofundamento de tendências das décadas anteriores. Em geral, os ramos de atividade que aumentaram sua participação no conjunto dos ocupados urbanos correspondem àqueles já destacados anteriormente (Tabela 4).

Tabela 4
Distribuição dos ocupados não agrícolas de acordo com o ramo de atividade (%)
Brasil: 2002-2007

Ramo de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Outras atividades industriais	0,94	1,01	1,03	0,99	1,04	1,01
Indústria de transformação	17,04	17,01	17,45	17,44	17,18	17,58
Construção	8,97	8,26	8,06	8,20	8,15	8,25
Comércio e reparação	21,14	21,92	21,59	22,11	21,67	21,73
Alojamento e alimentação	4,34	4,23	4,27	4,34	4,42	4,31
Transporte, armazen. e comunicação	6,06	5,99	5,91	5,81	5,70	5,97
Administração pública	6,38	6,42	6,42	6,27	6,28	6,19
Educação, saúde e serviços sociais	11,52	11,45	11,24	11,27	11,27	11,44
Serviços domésticos	10,16	10,16	10,16	10,06	9,85	9,50
Outros serviços colet., sociais e pess.	4,96	4,70	5,23	4,77	5,28	4,94
Outras atividades	8,50	8,84	8,64	8,74	9,16	9,09
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	59.485.110	59.225.759	62.367.523	64.585.675	66.929.671	68.941.314

Fonte: IBGE – PNAD, 2002-2003-2004-2005-2006-2007. Elaboração Própria

A principal observação sobre a distribuição dos ocupados entre os setores da economia ao longo do período selecionado é a estabilidade (Tabela 4). Por tratar-se de um período relativamente curto, as transformações não foram tão grandes. Apesar disso, é possível verificar por que o setor de maior peso é o Comércio e reparação, com participação média de 21,7% dos ocupados, atingindo seu máximo em 2005, com 22,11% (Tabela 4). Em segundo lugar, aparece a Indústria de transformação ocupando em média 17,3% dos trabalhadores, chegando a 17,58% em 2007. Em terceiro lugar, Educação, saúde e serviços sociais ocupou em média 11,36% dos trabalhadores não-agrícolas entre 2002 e 2007.

Em quarto lugar, aparece o setor de Serviços domésticos que ocupou a 9,5% dos trabalhadores urbanos em 2007. Essa colocação revela a profundidade da precarização e informalidade do mercado de trabalho urbano brasileiro uma vez que nesse setor estão as ocupações de menor qualidade. Cabe salientar, no entanto, que no período estudado esse setor apresentou um recuo na participação na ordem de 0,67 p.p.

Os destaques em termos de ganho de participação, no confronto entre 2007 e 2002, foram: Comércio e Reparação, com ganho de 0,59 p.p., Outras Atividades (0,59 p.p.) e Indústria de Transformação (0,54 p.p.). Como destacado anteriormente, dos 11 setores pesquisados, apenas os quatro que tiveram as maiores proporções entre novas ocupações entre 2002 e 2007 apresentaram crescimento de participação. Em sentido oposto os maiores recuos de participação advieram de Construção (-0,72 p.p.), o já citado Serviços domésticos (-0,67 p.p.) e Administração pública (-0,19 p.p.).

3.2 Esclarecimentos metodológicos

A década de 1990 marcou o mercado de trabalho com o fenômeno da reestruturação produtiva, no qual as grandes empresas, tradicionalmente geradoras de postos de trabalho de boa qualidade, passaram a ceder à terceiros parte significativa de suas fases produtivas ou tarefas, na chamada terceirização. As empresas prestadoras de serviços são, geralmente, pequenas e médias, as quais não são tradicionalmente criadoras de empregos de qualidade e formais.

Com isso o mercado de trabalho formal sofreu, ao longo dos anos 1990, um forte ataque. Além da pressão advinda da reestruturação produtiva, verificou-se crescentemente a crítica de que a legislação trabalhista brasileira, datada de 1943, era ultrapassada e conferia rigidez excessiva para o processo de contratação e demissão, além de custos elevados. Com isso voltamos a ver nos anos 1990 a proliferação de um fenômeno já antigo do mercado de trabalho brasileiro, as práticas informais.

No Brasil, o emprego informal é definido como aqueles trabalhadores que não são protegidos pela legislação trabalhista, ou seja, são trabalhadores sem carteira assinada, empregadores proprietários de unidades produtivas do setor informal, trabalhadores em ajuda a membro do domicílio e trabalhadores por conta própria, por exemplo.⁵⁷ Por outro lado o emprego formal inclui os trabalhadores com carteira assinada, empregados públicos estatutários e que contribuam para a previdência.

Historicamente no Brasil, a porção da população ocupada em postos formais sempre foi baixa, haja vista a abrangência do setor informal da economia, a falta de instrumentos suficientes para garantir o cumprimento das leis trabalhistas e a grande quantidade de empresas de micro e pequeno porte. A prevalência desses elementos no mercado de trabalho configura-o com uma grande heterogeneidade.

Essas práticas informais, que envolvem a precarização da qualidade do trabalho, fragilização da inserção no mercado e banalização dos vínculos empregatícios, se tornaram abundantes na década de 1990, e seus reflexos se estendem até a década atual. Essa massa de

⁵⁷ IBGE. *Setor e emprego informal no Brasil*.

trabalhadores não está desempregada, mas não se beneficia dos direitos definidos na CLT, localizando-se num universo de atividades remuneradas, mas informais.

Assim, a posição na ocupação é uma variável chave na análise da situação do mercado de trabalho brasileiro. Com ela é possível mensurar a parcela da população ocupada que se enquadra na categoria de emprego formal e informal, a fim de verificar o nível de estruturação do mercado de trabalho.

Nesta análise serão utilizadas as categorias de posição na ocupação adotada pelo IBGE, contendo as categorias mais relevantes: Empregado com carteira, Militar, Funcionário público estatutário, Empregado sem carteira, Trabalhador doméstico com carteira, Trabalhador doméstico sem carteira, Conta-própria e Empregador.

A definição utilizada de ocupados formais abrange as categorias de Empregado com carteira, Militar, Funcionário público estatutário, Conta própria e Empregador com contribuição à previdência. Já a categoria de emprego informal utilizada neste estudo, por sua vez, é composta por: Empregados sem carteira, Trabalhador doméstico sem carteira, Conta própria e Empregador não contribuinte.

3.3 Evolução dos ocupados segundo posição na ocupação no período recente

Na análise da tabela 5, fica claro que todas categorias apresentaram maior patamar em 2007 que em 2002, assim como as categorias de posição na ocupação que sofreram recuos na passagem de 2002 para 2003 voltaram a crescer nos anos seguintes, ultrapassando em 2007 o nível inicial.

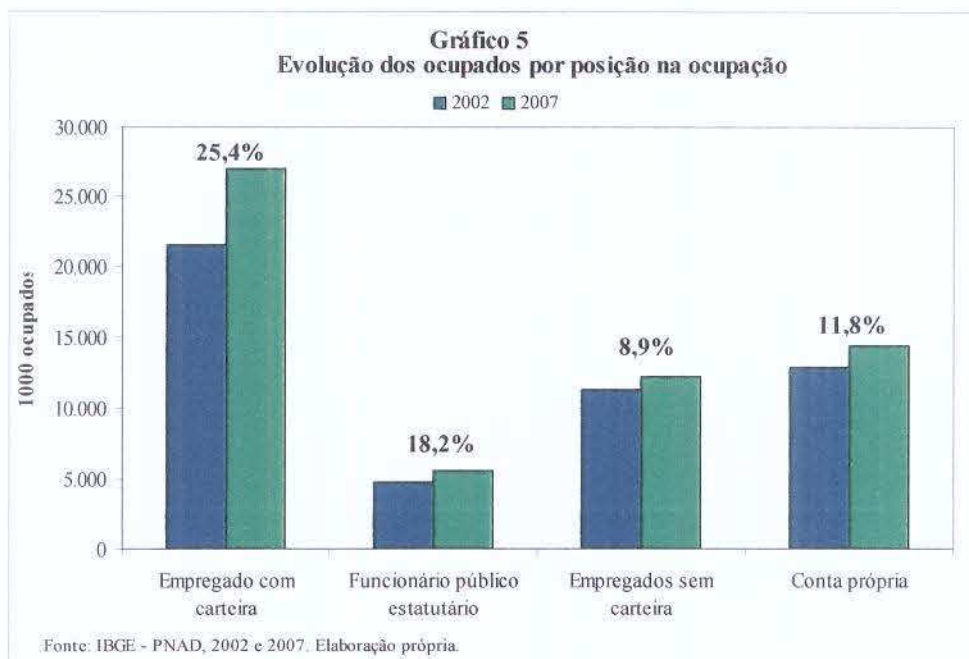
Ainda, conforme fica evidente na tabela 5, no período compreendido entre 2002 e 2007, os ocupados com carteira assinada tem crescimento muito superior ao crescimento médio das demais posições na ocupação, confirmando que realmente os anos 2000 se assistiu a um processo de formalização do mercado de trabalho. A categoria de Empregado com carteira em 2007, frente 2002, apresentou alta de 25,43%, muito superior ao crescimento dos Empregados sem carteira, na ordem de 8,86% e superior também a elevação dos trabalhadores por Conta própria, de 11,77%.

Tabela 5
Evolução das posições na ocupação dos trabalhadores não agrícolas
Brasil: 2002-2007
(2002 = 100)

Posição na ocupação	2003	2004	2005	2006	2007
Empregado com carteira	100,40	106,74	112,61	117,81	125,43
Militar	117,94	120,34	117,04	124,07	107,74
Funcionário público estatutário	100,82	106,01	104,43	111,19	118,25
Empregado sem carteira	96,04	104,48	105,19	109,20	108,86
Trabalhador doméstico com carteira	103,05	103,27	107,26	112,36	112,32
Trabalhador doméstico sem carteira	98,36	105,34	107,62	107,93	106,94
Conta própria	100,67	102,48	106,65	107,51	111,77
Empregador	98,72	99,71	108,86	117,16	102,98
Total	99,56	104,85	108,57	112,51	115,90

Fonte: IBGE – PNAD, 2002-2003-2004-2005-2006-2007. Elaboração Própria

As principais categorias de posição na ocupação que pertencem ao mercado formal apresentaram taxas de variação entre 2002 e 2007 bastante superiores em relação às variações das categorias de emprego informal, reforçando a idéia da tendência de formalização verificada principalmente após 2003 (Gráfico 5).

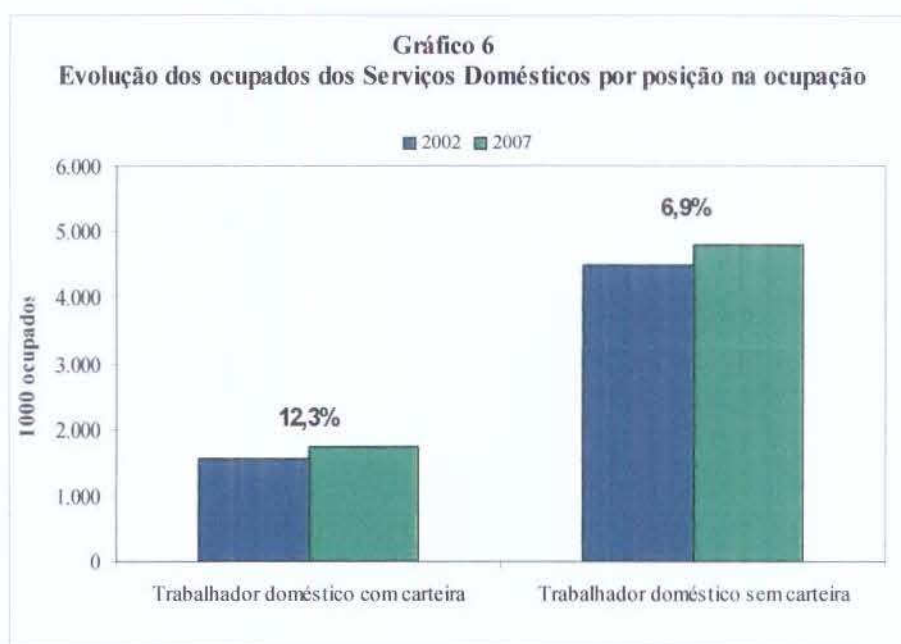


É interessante analisar a variação, em números absolutos entre 2002 e 2007, das posições na ocupação dos trabalhadores não-agrícolas. Nos seis anos compreendidos pelo estudo, a categoria de Trabalhadores com carteira assinada incorporou 5,47 milhões de novos trabalhadores. Cabe salientar que ao longo dos seis anos estudados, foram criados, no total, 9,45 milhões de novas ocupações, ou seja, 57,9% dessas novas ocupações tinham carteira assinada. Já 9,2% das ocupações criadas ao longo do período foram de funcionários públicos estatutários. Assim, 67,1% das novas ocupações desse período foram dessas categorias privilegiadas, situação bem diferente da observada nos anos 1990.

No sentido oposto, das 9,45 milhões de ocupações geradas, 1,5 milhão foram para trabalhadores por Conta-própria, ou seja, 16,1%, e 995,0 mil foram para Trabalhadores sem carteira, o equivalente a 10,5% das novas ocupações. Este é mais um indício de formalização do mercado de trabalho no período.

É interessante ainda verificar separadamente as categorias de posição na ocupação do setor de Serviços domésticos. Este ramo de atividade econômica é dividido em duas categorias majoritariamente: Trabalhador doméstico com carteira e Trabalhador doméstico sem carteira. A partir desse recorte, entre 2002 e 2007, é possível extrair algumas conclusões. A primeira é que a

grande maioria dos ocupados nesse setor não possui carteira assinada, ou seja, não estão protegidos pelas leis trabalhistas e não contribuem para a previdência. Em 2002, apenas 26,0% dos empregados domésticos fazia parte do emprego formal, enquanto que em 2007 esse índice passou para 26,9%.

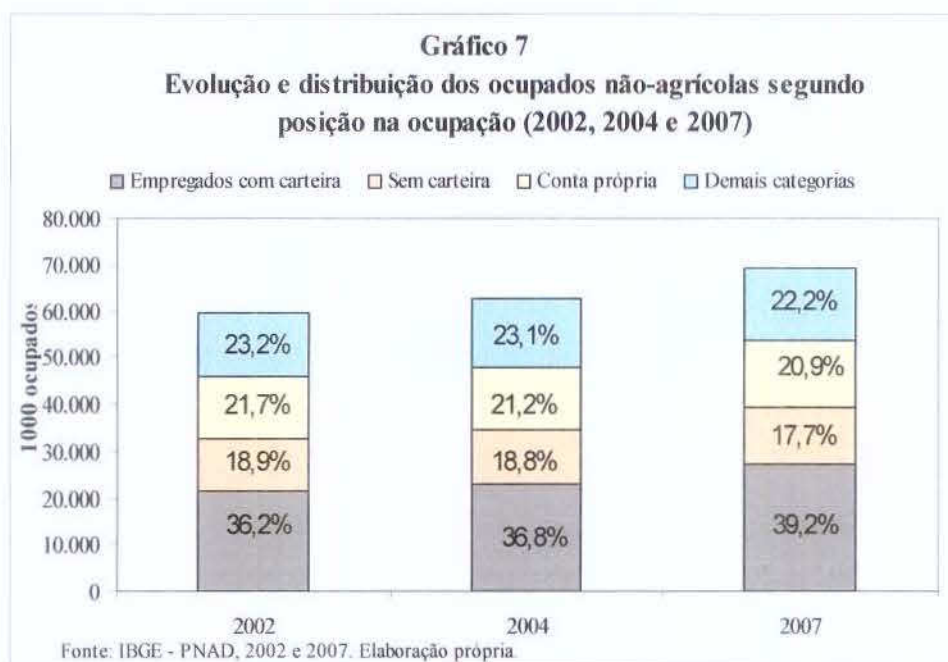


Por também não se tratar de um setor sindicalizado, esses ocupados estão expostos a condições precárias de trabalho, além de possuírem remuneração bastante inferior, como será visto no capítulo a seguir.

Outra conclusão é que no período compreendido entre 2002 e 2007 os trabalhadores domésticos com carteira assinada apresentaram crescimento mais elevado que os trabalhadores domésticos sem carteira, evidenciando assim, que mesmo no setor de Serviços Domésticos houve uma ligeira tendência de redução da informalidade (Gráfico 6). Evidência corroborada pela constatação de que 38,4% das ocupações nesse setor criadas entre 2002 e 2007 eram com carteira assinada.

Em termos de distribuição dos ocupados urbanos nas categorias de posição na ocupação num primeiro momento, serão enfatizadas as categorias de maior relevância no mercado de

trabalho, sendo estas: Empregado com carteira, Empregados sem carteira e Contra própria. Com isso é possível fazer algumas observações.



Confrontando o primeiro e o último ano do período estudado, a primeira observação destacável é o notável crescimento de participação dos Empregados com carteira no total dos ocupados, ao passar de 36,2% dos ocupados urbanos em 2002 para 39,2% em 2007 (Gráfico 6). Esse espaço foi conquistado das categorias Conta própria e Empregado sem carteira, que apresentaram, respectivamente, recuos de 0,8 p.p. e 1,2 p.p. entre 2002 e 2007. Ainda, todas as demais categorias (Estatutário, Trabalhador doméstico, entre outros) também perderam participação representando, em 2007, 22,2% dos ocupados urbanos (Gráfico 7).

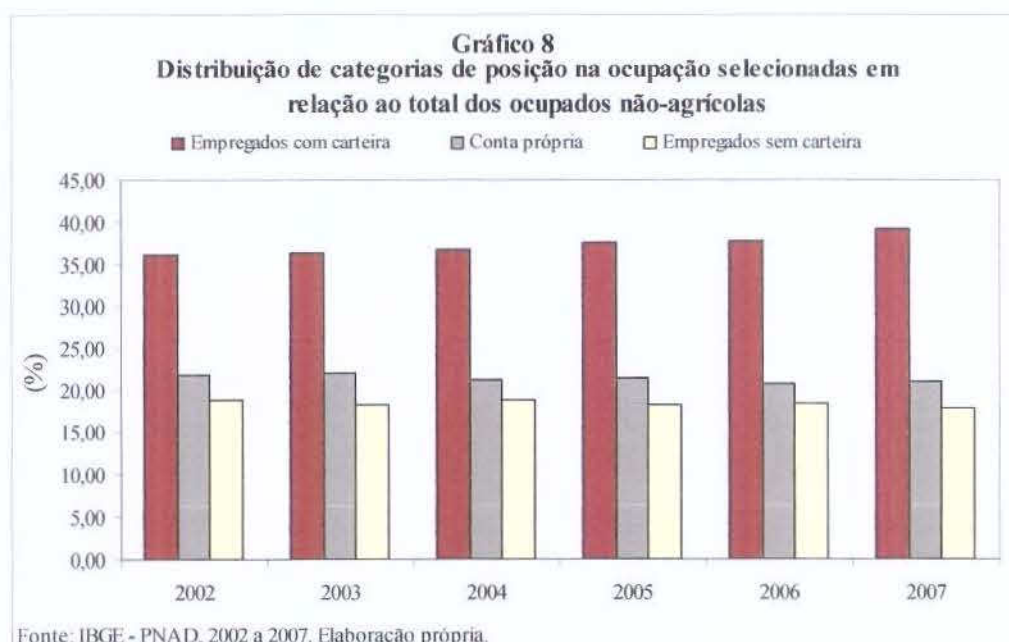
Em relação às demais categorias em meados da década de 2000, se verificou ainda um aumento marginal na participação dos empregados estatutários na estrutura ocupacional não-agrícola, ao passar de 8,01% em 2002 e chegando à participação mínima em 2005, com 7,70%, para por fim chegar a 8,17% dos trabalhadores urbanos em 2007. A categoria Empregador apresentou recuo no período, chegando a 4,19% dos trabalhadores urbanos em 2007, o que representou um recuo de 0,53 pontos percentuais frente 2002 (Tabela 6).

Tabela 6
Distribuição dos ocupados não agrícolas por posição na ocupação (%)
Brasil: 2002-2007

Posição na ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Empregado com carteira	36,18	36,48	36,83	37,52	37,88	39,15
Militar	0,35	0,42	0,41	0,38	0,39	0,33
Funcionário público estatutário	8,01	8,11	8,10	7,70	7,91	8,17
Empregado sem carteira	18,88	18,21	18,81	18,29	18,32	17,73
Trabalhador doméstico com carteira	2,64	2,73	2,60	2,61	2,63	2,56
Trabalhador doméstico sem carteira	7,52	7,43	7,56	7,46	7,22	6,94
Conta-própria	21,70	21,94	21,21	21,32	20,74	20,93
Empregador	4,72	4,68	4,49	4,73	4,91	4,19
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – PNAD, 2002-2003-2004-2005-2006-2007. Elaboração Própria

Fazendo um paralelo com a década de 1990 é possível verificar transformações significativas na distribuição das posições na ocupação do mercado de trabalho urbano. Como observado no segundo capítulo, na década passada cresceu a participação dos ocupados por conta própria e sem carteira dentre o total dos ocupados urbanos. Por exemplo, em 1989, 18,4% dos trabalhadores eram empregados por conta própria, montante este passando para 22,5%, em 1999.⁵⁸



⁵⁸ BALTAR, P. E. *Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990*.

Mais acentuada é a inclinação positiva da curva que representa os ocupados com carteira assinada ao longo do período, em paralelo a tendência de recuo tanto dos empregados sem carteira quanto dos trabalhadores por conta-própria, evidenciado uma força estruturadora do mercado de trabalho urbano nos anos 2000 (Gráfico 8).

Um importante indicador para auferir o estado de estruturação do mercado de trabalho é o grau de informalidade. Este conceito apareceu pela primeira vez na publicação de Lauro Ramos (2002) e se refere ao total de empregados informais dividido pelo total de ocupados. No âmbito deste estudo, será utilizado esse mesmo índice calculado a partir da definição de emprego formal e informal, apresentado no início do capítulo, especificamente dentro do setor estruturado urbano.

Tabela 7
Evolução da informalidade e formalidade no mercado de trabalho urbano
Brasil: 2002-2007

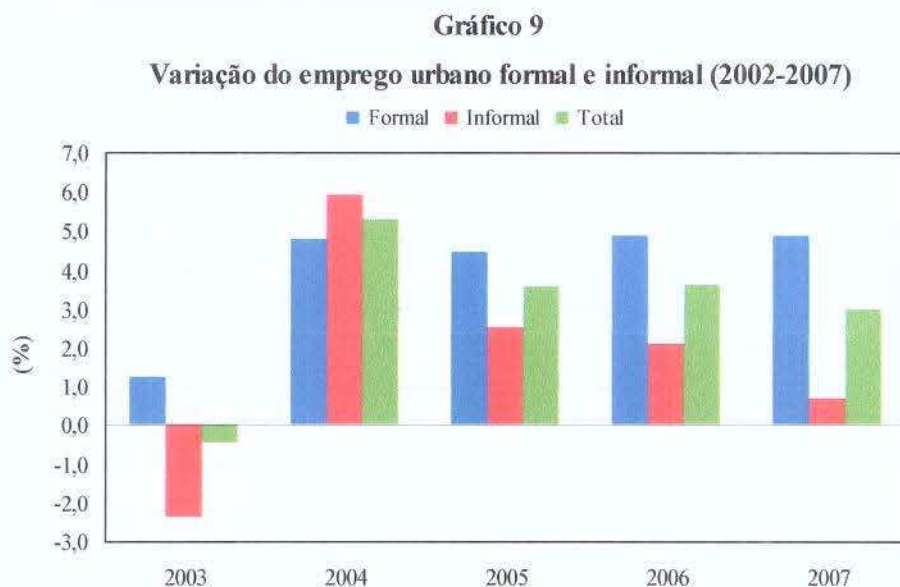
Grau	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Formalidade	53,6	54,5	54,2	54,7	55,4	56,4
Informalidade	46,4	45,5	45,8	45,3	44,6	43,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PNAD, 2002-2003-2004-2005-2006-2007. Elaboração Própria

Mais uma vez fica evidente a tendência de recuperação do mercado de trabalho urbano entre 2002 e 2007. Apesar de tratar-se um curto período de tempo é possível verificar que o grau de informalidade dentro do setor estruturado da economia perdeu paulatinamente participação, ao deixar de representar 46,4% das ocupações urbanas em 2002, para representar 43,6% em 2007 (Tabela 7). Apesar do recuo demonstrado nessa fase, o grau de informalidade dentro das unidades produtiva regulares é ainda bastante elevado.

Analisando as taxas de variação do emprego formal e informal frente o ano anterior é possível destacar que a dinâmica dessas categorias, ao longo da década de 2000, foi bem variada. Em 2003 contra o ano imediatamente anterior, o emprego formal compensou parte da destruição de ocupações do emprego informal, sem ser suficiente para evitar o recuo do total dos ocupados urbanos nesse ano. Já em 2004, é interessante notar que este foi o único ano no qual o emprego formal cresceu menos que o informal como forma de inserção dos ocupados urbanos. Em todos

os demais anos (2003, 2005, 2006 e 2007) o emprego formal cresceu mais fortemente, com destaque para 2007, quando foi maior a disparidade entre as duas taxas (Gráfico 9).



Fonte: IBGE - PNAD, 2002 a 2007. Elaboração própria.

Analisando agora questão sob o ponto de vista da elasticidade produto-emprego formal, calculada a partir da divisão do segundo pelo primeiro, é possível responder se a geração de empregos formais esteve mais ligada ao crescimento do PIB ou a forças do mercado pressionando a estruturação do mercado.

Tabela 8
Varição do PIB, do emprego formal e elasticidade produto-emprego formal (%)
Brasil: 2003-2007

	2003	2004	2005	2006	2007
PIB (a)	1,1	5,7	3,2	4,0	5,7
Emprego Formal (b)	1,3	4,8	4,4	4,9	4,9
Elasticidade produto-emprego formal (b/a)	1,2	0,8	1,4	1,2	0,9

Fonte: IBGE, Contas Nacionais e PNAD. Elaboração própria.

É possível concluir que o avanço do emprego formal, ou seja, dos trabalhadores com carteira, empregados estatutários, militares, conta própria e empregadores com contribuição, esteve, nos anos de 2003, 2005 e 2006 foi mais acentuado que a variação do produto, indicado através da elasticidade produto-emprego formal maior que 1 (Tabela 8).

Esse comportamento da elasticidade produto-emprego pode ser explicado, principalmente por duas razões. Primeiramente, o crescimento dos ocupados formais mais acentuadamente que o do PIB foi consequência da estrutura do emprego no período, com grande destaque para a elevação da ocupação na Indústria de transformação e na Administração pública, setores com predominância de emprego formal. Em segundo lugar, o comportamento da elasticidade produto-emprego formal mostra que tão importante quanto o crescimento econômico para o fortalecimento do emprego protegido pela legislação trabalhista no Brasil é a postura do Estado fiscalizando o mercado de trabalho e exigindo o cumprimento das leis trabalhistas.

3.4 Formalização e informalidade segundo o ramo de atividade

Para que seja possível verificar os determinantes para a tendência de formalização do mercado de trabalho urbano no Brasil na década atual, principalmente após 2004, é necessário verificar a evolução dos ocupados segundo posição na ocupação e sua distribuição entre os setores de atividade. Será analisado o desempenho dos ocupados com carteira assinada, sem carteira assinada e empregados por conta própria por ramos de atividade, entre 2002, 2004 e 2007, por estas serem as principais categorias de inserção da mão de obra brasileira no mercado de trabalho urbano.

Tabela 9
Trabalho com carteira assinada segundo setor de atividade não agrícola
Brasil: 2002-2004-2007

Setor	Distribuição (%)			Taxa de variação (%)		
	2002	2004	2007	2002 2004	2004 2007	2002 2007
Indústria de transformação	27,44	28,61	27,60	11,27	13,37	26,15
Construção	5,53	4,98	5,39	-3,92	27,11	22,13
Comércio e reparação	21,47	21,84	23,21	8,60	24,86	35,60
Transporte, armazenagem e comunicação	7,80	7,68	7,60	5,10	16,29	22,22
Educação, saúde e serviços sociais	11,90	11,06	10,80	-0,76	14,72	13,85
Demais atividades	25,86	25,83	25,41	1,07	1,16	1,23
Total	100,00	100,00	100,00	6,74	17,51	25,43

Fonte: IBGE – PNAD, 2002-2004-2007. Elaboração Própria

Em primeiro lugar, verificando o desempenho dos ocupados com carteira assinada nos anos de 2002, 2004 e 2007 é verificado que a expansão desta categoria se deu mais fortemente no período 2004-2007 do que na fase 2002-2004. Isso demonstra a importância da melhora da economia na geração de ocupações formais, uma vez que a partir deste período se observa melhores taxas de crescimento do PIB, sem esquecer, no entanto, do fundamental papel do Estado nesse desempenho.

O crescimento médio entre 2004-2007 das ocupações formais foi de 17,51% frente 6,74% entre 2002 e 2004 (Tabela 9). Setorialmente o comportamento foi diferenciado. A ocupação com carteira assinada chegou a registrar recuo entre 2002 e 2004 para a Construção (-3,94%) e Educação, saúde e serviços pessoais (-0,76%), enquanto que para a Indústria e o Comércio e reparação houve elevação acelerada em ambos períodos. É notável, porém, a forte expansão das ocupações com carteira assinada no Comércio e reparação, com crescimento de 35,6% quando confrontado 2002 a 2007.

Esse desempenho dentro do setor de Comércio e reparação conduziu a um ganho de participação na distribuição dos empregados com carteira, ao empregar 23,21% dos trabalhadores com carteira assinada em 2007, contra 21,47% em 2002 (Tabela 9). Apesar desse importante aumento de participação, é ainda reduzido o peso do trabalho formal dentro do setor Comércio e reparação.

A Indústria de Transformação apresentou no período compreendido entre 2002 e 2007 a segunda maior variação, na ordem de 26,15%. Cabe salientar que foi um desempenho praticamente homogêneo ao longo da década, uma vez que o setor aumentou 11,27% a quantidade de ocupados com carteira assinada entre 2002-2004 e 13,37% entre 2004-2007. Esse desempenho por sua vez pouco modificou a parcela de ocupados com carteira assinada empregados na Indústria (Tabela 9).

Os setores Construção, Transporte, armazenagem e comunicação, Educação, saúde e serviços sociais, e Demais atividades apresentaram recuo em termos de participação na ocupação de empregados com carteira assinada entre 2002 e 2007. Esse recuo de participação, ocorreu pois nesses setores apesar de elevada a variação entre 2002 e 2007 dos ocupados com carteira, a variação foi menor que a verificada em Indústria de transformação e Comércio e reparação (Tabela 9).

Muito diferente do desempenho dos empregados com carteira, os empregados sem carteira entre 2002 e 2007 cresceram, na média dos setores, 8,86%, uma taxa muito inferior à expansão dos trabalhadores com carteira (25,43%). Essa elevação foi levemente mais acentuada entre 2002-2004 que no período seguinte, 2004-2007 (Tabela 10).

A Construção foi o único setor no qual o emprego sem carteira recuou no período, ficando num patamar em 2007 4,47% inferior que em 2002. Esse comportamento se traduziu numa redução da participação da Construção na ocupação dos trabalhadores urbanos sem carteira, ao deixar de ocupar 13,41% para ocupar 11,77% dessa categoria (Tabela 10).

Tabela 10
Trabalho sem carteira assinada segundo setor de atividade não agrícola
Brasil: 2002-2004-2007

Setor	Distribuição (%)			Taxa de variação (%)		
	2002	2004	2007	2002 2004	2004 2007	2002 2007
Indústria de transformação	16,14	15,74	15,68	1,91	3,78	5,77
Construção	13,41	12,26	11,77	-4,52	0,05	-4,47
Comércio e reparação	23,12	23,74	23,59	7,24	3,56	11,05
Transporte, armazenagem e comunicação	5,51	5,33	5,12	1,03	0,14	1,17
Educação, saúde e serviços sociais	11,72	11,82	12,98	5,39	14,43	20,60
Demais atividades	30,10	31,12	30,86	1,08	1,03	1,12
Total	100,00	100,00	100,00	4,48	4,20	8,86

Fonte: IBGE – PNAD, 2002-2004-2007. Elaboração Própria

Já em sentido oposto, Educação, saúde e serviços sociais aumentou a sua participação no emprego de trabalhadores sem carteira, chegando a 12,98% em 2007. Esse incremento foi gerado principalmente pela aceleração na geração de ocupações sem carteira assinada entre 2004-2007, levando o setor a assinalar acréscimo de 20,6% no total do período, muito superior à criação de ocupações formais no setor na mesma fase de 13,85% (Tabela 9 e 10).

Mais elevado que na Indústria, o crescimento das ocupações sem carteira assinada no Comércio e reparação foi de 11,05% entre 2002 e 2007. Esse comportamento levou o setor a ganhar participação, ao deixar de ocupar 23,12% para ocupar 23,59% dos trabalhadores urbanos sem carteira de trabalho em 2007 (Tabela 9). Todas as demais categorias, que juntas representam cerca de um terço dos trabalhadores sem carteira, teve desempenho estável em todo o período, com variação de apenas 1,12% entre o primeiro e o último ano do período estudado (Tabela 10).

Apesar da tendência de crescimento do emprego formal vista ao longo dos anos 2000 e explicitada nas seções anteriores, o trabalho por conta própria não apresentou sinais de

desaceleração. Esta categoria, assim como a de empregados com carteira apresentou crescimento mais acelerado entre 2004-2007, principalmente na Indústria de transformação, Construção, Comércio e reparação e Educação, saúde e serviços sociais (Tabela 11).

Tabela 11
Trabalho por conta própria segundo setor de atividade não agrícola
Brasil: 2002-2004-2007

Setor	Distribuição (%)			Taxa de variação (%)		
	2002	2004	2007	2002 2004	2004 2007	2002 2007
Indústria de transformação	14,80	14,78	15,52	2,37	14,53	17,25
Construção	18,53	16,75	17,80	-7,34	15,88	7,38
Comércio e reparação	32,70	33,97	32,13	6,46	3,16	9,83
Transporte, armazenagem e comunicação	8,81	8,62	8,59	0,29	8,60	8,92
Educação, saúde e serviços sociais	3,26	3,11	3,29	-2,14	15,05	12,59
Demais atividades	21,90	22,76	22,68	1,07	1,09	1,16
Total	100,00	100,00	100,00	2,48	9,06	11,77

Fonte: IBGE – PNAD, 2002-2004-2007. Elaboração Própria

Em 2007 o Comércio e reparação ocupou 32,13% dos trabalhadores por conta própria, parcela inferior a verificada em 2002, de 32,7%. Apesar desse recuo, o setor ainda é o que emprega a grande maioria dos ocupados dessa categoria. A redução de participação verificada se deu em virtude do crescimento dos ocupados por conta própria nesse setor ser menor que a média da economia, 9,83% e 11,77%, respectivamente (Tabela 11).

Principalmente após 2004, foi na Indústria de transformação o setor onde mais cresceu o trabalho por conta própria no período, 17,25%. Com isso no setor industrial foi verificado um ganho de participação, ao passar de 14,8% em 2002 para 15,52% em 2007 (Tabela 11). Merece destaque ainda a Construção, o terceiro setor que mais emprega trabalhadores desta categoria. Em 2004, após o forte recuo de 7,34% entre 2002-2004, a participação da Construção diminuiu de 18,53% em 2002 para 16,5% em 2004. Parte da participação da Construção foi recuperada nos anos seguintes, mas não ultrapassando o peso de 2002 (Tabela 11).

É importante ainda a compreensão do peso de cada categoria de posição na ocupação tem dentro dos setores contemplados por esta pesquisa. Com essa análise é possível determinar em

quais setores está mais difundida a informalidade, quais são mais abundantes os empregados com carteira ou funcionários públicos estatutários, por exemplo.

Tabela 12
Distribuição dos ocupados não agrícolas por setor de atividade e posição na ocupação (%)
Brasil: 2002-2007

Setor	Posição na ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indústria de transformação	Empregado com carteira	58,26	58,03	60,36	59,32	60,08	61,48
	Empregados sem carteira	17,88	17,34	16,96	16,09	15,91	15,81
	Conta própria	18,85	19,61	17,96	19,81	19,05	18,48
	Demais categorias	5,01	5,02	4,71	4,79	4,96	4,23
Comércio e reparação	Empregado com carteira	36,74	37,70	37,27	39,24	40,36	41,82
	Empregados sem carteira	20,64	20,13	20,68	20,24	19,64	19,25
	Conta própria	33,56	33,30	33,37	31,68	30,80	30,94
	Demais categorias	9,06	8,87	8,68	8,84	9,20	8,00
Construção	Empregado com carteira	22,31	20,44	22,75	22,85	24,23	25,56
	Empregados sem carteira	28,23	27,90	28,60	27,39	27,56	25,29
	Conta própria	44,84	47,01	44,10	44,89	43,70	45,15
	Demais categorias	4,62	4,65	4,55	4,87	4,51	4,00
Transporte, armazenagem e comunicação	Empregado com carteira	46,59	46,81	47,86	48,76	48,57	49,88
	Empregados sem carteira	17,18	17,64	16,97	16,62	16,86	15,23
	Conta própria	31,57	31,29	30,94	30,15	29,87	30,12
	Demais categorias	4,66	4,26	4,24	4,46	4,70	4,77
Educação, saúde e serviços sociais	Empregado com carteira	37,36	37,60	36,25	36,74	36,92	36,96
	Funcionário público estatutário	34,51	34,50	35,53	32,90	34,14	34,76
	Empregados sem carteira	19,22	19,29	19,79	21,33	20,12	20,12
	Demais categorias	8,92	8,61	8,43	9,03	8,82	8,16

Fonte: IBGE -- PNAD, 2002-2003-2004-2005-2006-2007. Elaboração Própria

A Indústria de transformação é o setor onde se verifica a maior participação dos empregados com carteira assinada em todos os anos da pesquisa. Essa liderança foi reforçada ainda pelo forte desempenho da categoria de posição na ocupação dentro do setor industrial. A Indústria, então, tinha em 2007 61,48% dos seus trabalhadores protegidos pela legislação trabalhista (Tabela 12). No setor industrial se verifica ainda a menor participação do emprego de trabalhadores por conta própria dentre todos ramos produtivos, assim como uma participação bastante reduzida dos empregados sem carteira.

Apesar do crescimento acelerado dos trabalhadores com carteira assinada no Comércio e do aumento de participação dessa categoria no total dos ocupados do setor, ainda se observa uma

participação grande dos trabalhadores por conta própria nesse setor. Em 2007, 41,82% dos empregados no Comércio tinham carteira assinada enquanto que 30,94% trabalhavam por conta própria (Tabela 12). Cabe salientar, no entanto, que a participação dos empregados por conta própria e também dos trabalhadores sem carteira no setor apresentou declínio ao longo do período de 2002 a 2007. Por exemplo, os empregados sem carteira perderam 1,39 p.p. entre 2002 e 2007, enquanto os empregados por conta própria perderam 2,64 p.p. na mesma comparação (Tabela 12).

A Construção é o setor no qual é menor a participação dos empregados com carteira dentre o total de trabalhadores. No setor, observou-se a participação sem carteira assinada e por conta própria sair de 73,07% em 2002, chegar ao pico de 74,91% em 2003 para, por fim, atingir 70,44% em 2007 (Tabela 12). Esse recuo foi gerado pela expansão mais acelerada dos trabalhadores com carteira assinada em relação às demais categorias, sem, no entanto, ter sido capaz de alterar o forte grau de informalidade do setor.

Capítulo 4

Evolução dos rendimentos do trabalho urbano entre 2002 e 2007

O comportamento dos rendimentos ocupados urbanos é uma variável fundamental para a compreensão do impacto das transformações do mercado de trabalho sobre os trabalhadores urbanos. Além disso, é um importante componente da economia, uma vez que influencia diretamente agregados macroeconômicos, como o consumo e a poupança. A sua distribuição altamente assimétrica é expressão da desigualdade dentro do mercado de trabalho brasileiro.

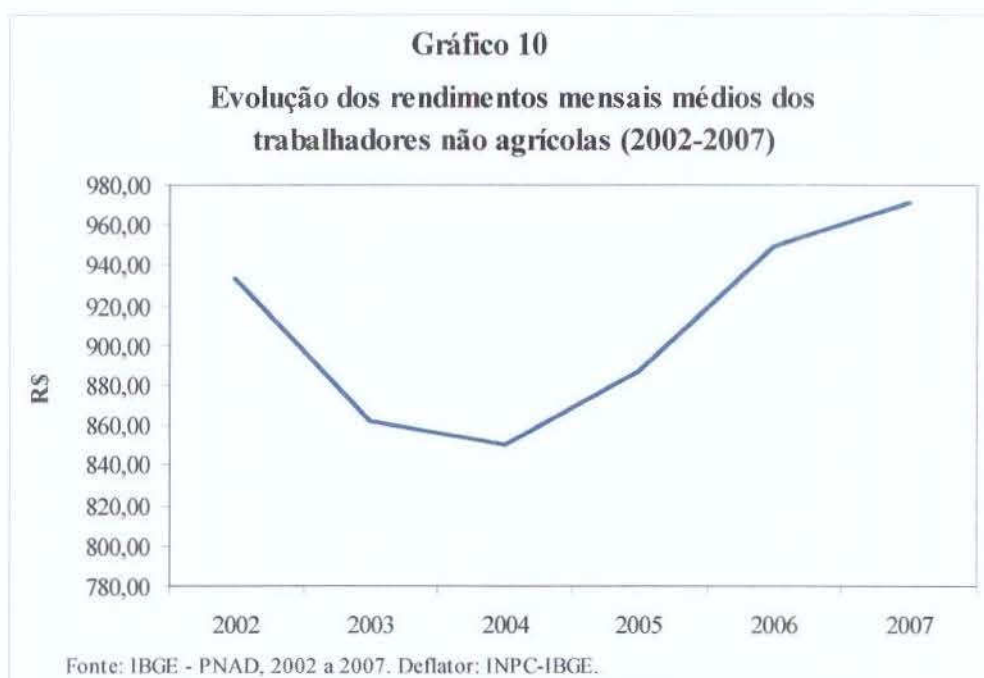
Nesta análise, foi utilizado o rendimento mensal no trabalho principal dos ocupados, em Reais. A partir desta variável, calculou-se o rendimento médio em cada ramo de atividade econômica, sendo corrigidos os efeitos da inflação com a utilização do INPC do IBGE. Cabe salientar que a inflação foi corrigida levando em consideração que a pesquisa PNAD, fonte dos dados aqui utilizados, é sempre realizada no nono mês de cada ano. Assim, os valores em Reais de setembro de cada ano do período estudado foram trazidos a valores em Reais de setembro de 2007.

Definida a variável estatística que conduzirá as análises, cabe apontar que serão feitos recortes do rendimento dos trabalhadores urbanos tanto por ramo de atividade quanto por posição na ocupação. Com essa divisão é possível verificar o comportamento e as heterogeneidades setoriais em termos de rendimento e ainda se os trabalhadores que fazem parte do grupo de ocupação formal tem vantagem também em termos remunerativos frente às demais categorias.

Para verificar a distribuição dos rendimentos do trabalho urbano, tanto dentro dos setores quanto entre as categorias de posição na ocupação, é utilizado diferentes faixas de salário mínimo. Assim, é possível eliminar possíveis distorções que possam ocorrer na média dos rendimentos e também quantificar os ocupados em cada faixa de remuneração.

4.1 Evolução geral dos rendimentos do trabalho urbano segundo setor de atividade

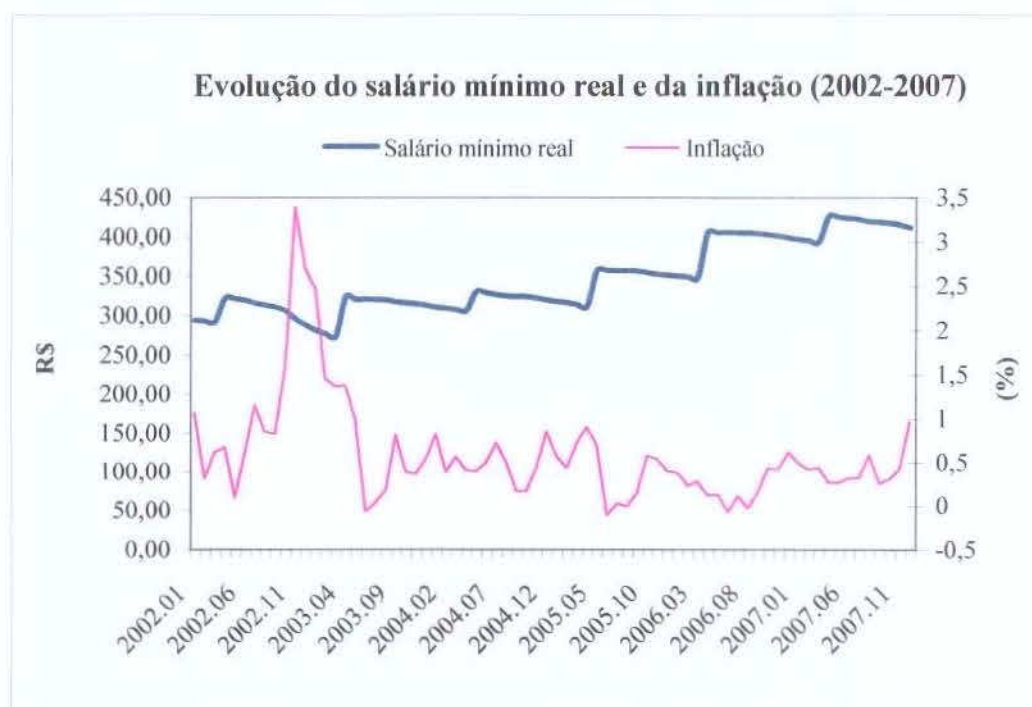
O que se verifica inicialmente na análise dos rendimentos médios do trabalho é o movimento em forma de “U” que a média dos rendimentos mensais dos trabalhadores urbanos apresentou ao longo do período (Gráfico 10). Entre 2002 e 2004 houve uma acentuada redução deste, ao passar de R\$ 933,65 no primeiro ano para seu nível mais baixo, R\$ 850,57, em 2004, em reais de setembro de 2007.



A partir de 2004, então, o rendimento do trabalho principal dos trabalhadores urbanos começou a apresentar sinais de recuperação, tendo alcançado R\$949,23 em 2006, um nível muito similar ao visto em 2002. A remuneração média dos ocupados apenas apresentou definitivamente um nível superior em 2007, quando chegou a R\$ 970,76 (Gráfico 10).

A explicação para esse movimento geral dos rendimentos reside principalmente no comportamento, ao longo do período, da inflação, do salário mínimo, das negociações coletivas e

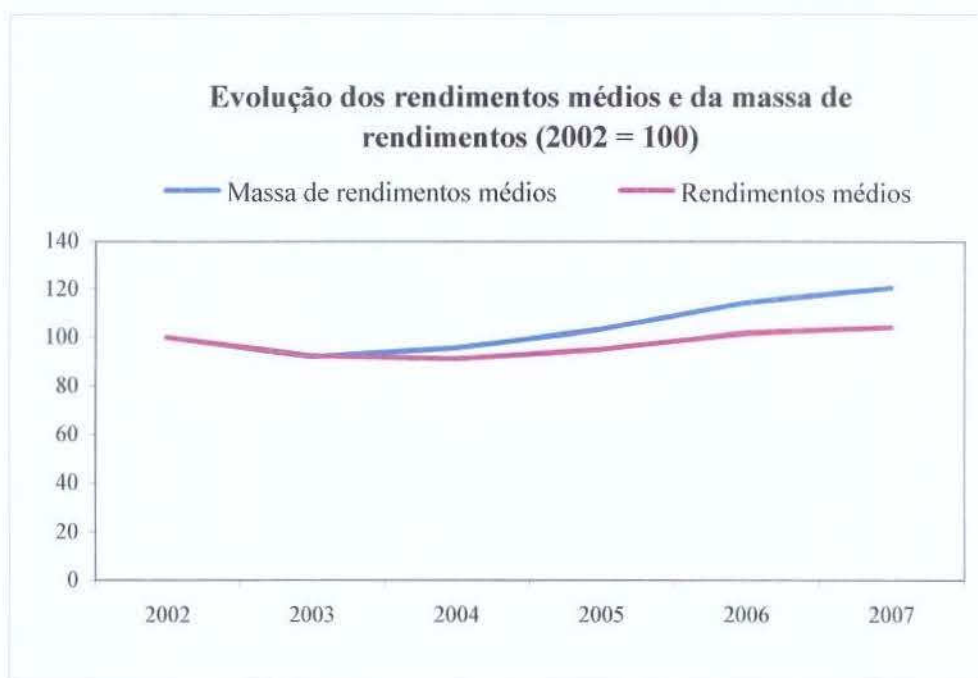
da mudança na estrutura ocupacional urbana. O ano de 2002 foi marcado por uma elevada inflação mensal, no caso medida pelo índice INPC⁵⁹ do IBGE, e que estendeu seus efeitos nocivos nos rendimentos do trabalho até 2003 (Gráfico 11). A influência da inflação foi sentida no comportamento do salário mínimo real, já que este além de ser incapaz de apresentar ganhos, chegou a declinar fortemente em 2002. Isso gerou uma estagnação quando analisado o período 2002-2004, no qual o salário mínimo real flutuou em torno de R\$ 300,00 (Gráfico 11). Sob outra ótica, a estagnação do salário mínimo real entre 2002 e 2004 foi causada pela falta de reajustes, por parte do Estado, acima da inflação.



⁵⁹ O INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor, criado com a finalidade de servir de guia para os reajustes salariais, tem como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). A população-objetivo do INPC abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 6 (seis) salários-mínimos, cujo chefe é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões. Abrangência geográfica: Regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia.

A partir da metade de 2005, numa economia com a inflação controlada, girando entre 0 e 0,5% ao mês, reajustes mais acentuados da remuneração mínima, é possível perceber uma guinada na tendência do salário mínimo. Este, passa do patamar estacionário de R\$ 300,00 no período 2002-2004 para assumir cada vez níveis maiores, atingindo, por exemplo, R\$ 411,54 em dezembro de 2007 (Gráfico 11). Esse comportamento do salário mínimo, aliado à inflação controlada e a negociações coletivas que garantiram reajustes salariais para determinadas categorias acima da inflação, foram importantes pela recuperação do rendimento real médio dos ocupados urbanos entre 2005 e 2007.

Cabe salientar ainda que a mudança da estrutura ocupacional também é um importante fator para a recuperações dos rendimentos dos ocupados urbanos. Entre 2004 e 2005, como observado no capítulo anterior, cresceu a participação dos ocupados urbanos na Indústria de transformação, de um lado, e recuaram dentro do ramo Serviços domésticos, por exemplo.



A massa de rendimentos do mercado de trabalho é um importante indicador da economia, sendo obtida através da multiplicação do rendimento médio recebido pela quantidade de ocupados. A massa de rendimentos influencia, por exemplo, o consumo e a poupança das

famílias. Utilizando como base o ano de 2002, é interessante notar o descolamento entre o crescimento da massa de rendimentos e dos rendimentos. Esse comportamento foi puxado mais fortemente pelo crescimento da ocupação entre 2002-2007, assim como essas ocupações eram de baixa remuneração (Gráfico 12). Em seguida serão analisados os comportamentos setoriais dos rendimentos do trabalho.

A análise dos rendimentos do trabalho a partir dos ramos de atividade revela, principalmente, a grande disparidade entre as remunerações médias de cada um deles. Como ilustração, entre 2002 e 2007, os ocupados nos Serviços Domésticos receberam uma remuneração média aproximadamente cinco vezes menor que a remuneração média dos ocupados na Administração Pública, por exemplo (Tabela 13).

Tabela 13
Evolução dos rendimentos médios dos ocupados urbanos segundo setor de atividade (R\$)
Brasil: 2002-2007
Em reais de set-2007

Setor de atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Var. (%) 2007/2002
Outras atividades industriais	1.406,25	1.419,55	1.375,75	1.401,12	1.626,44	1.593,92	13,35
Indústria de transformação	910,84	851,73	822,68	862,41	927,09	927,55	1,83
Construção	710,07	638,09	624,78	686,67	714,59	759,45	6,96
Comércio e reparação	867,32	779,08	778,31	808,63	862,51	889,10	2,51
Alojamento e alimentação	674,14	600,32	627,27	660,66	716,47	735,15	9,05
Transporte, armaz., e com.	1.104,53	1.007,94	1.065,45	1.028,93	1.066,91	1.131,97	2,48
Administração pública	1.474,73	1.340,62	1.374,91	1.408,88	1.566,58	1.621,80	9,97
Educação, saúde e serv. soc.	1.112,86	1.068,40	1.062,60	1.092,46	1.167,35	1.150,62	3,39
Serviços domésticos	294,38	278,23	278,55	293,47	317,19	330,49	12,27
Outros serv. colet., soc. e pess.	772,95	704,70	653,05	745,37	777,16	841,82	8,91
Outras atividades	1.548,22	1.406,24	1.325,73	1.406,53	1.454,87	1.447,34	-6,52
Média	933,66	862,65	850,57	887,23	949,23	970,76	3,97

Fonte: IBGE - PNAD, 2002 a 2007. Elaboração própria

Deflator = INPC.

Podemos destacar também que a remuneração média dos ocupados na Indústria de transformação, Comércio e reparação, Construção, Alojamento e alimentação, Serviços domésticos e Outros serviços coletivos, que responderam juntos por 66,3% dos ocupados urbanos

em 2007, é menor do que a média dos rendimentos médios dos ramos de atividade (Tabela 13). Essa relação evidencia que uma parcela reduzida do mercado de trabalho se beneficia com remunerações médias mais elevadas e que estes trabalhadores se concentram em setores com reduzida representatividade na economia.

Em termos de expansão, apenas Outras atividades apresentou um nível de remuneração, em valores de setembro de 2007, menor na comparação 2002-2007. Cabe salientar que a Indústria de transformação e o Comércio e reparação, setores onde foi verificada uma forte tendência de formalização no período, apresentaram variação do rendimento em nível inferior ao médio dos setores (Tabela 13). Apesar do setor Transporte, armazenamento e comunicações apresentar um nível elevado de remuneração, o crescimento deste também foi inferior à média (Tabela 13).

Em sentido oposto, o maior avanço foi visto em Outras atividades industriais (13,55%), que apesar de apresentar pouco peso em termos de ocupação, é um dos setores que melhor remuneraram o trabalhador urbano. Também podemos salientar os Serviços domésticos cuja remuneração média, ao passar de R\$ 294,38 em 2002 para R\$ 330,49 em 2007, apresentou elevação de 12,27% (Tabela 13). Esse desempenho foi causado principalmente pela valorização real do salário mínimo e a tendência de formalização dentro do setor.

Nota-se que o salário mínimo, entre 2002 e 2007, apresentou elevação real de 33,56% e que nenhum ramo de atividade apresentou elevação próxima a esse patamar. Comparando o salário mínimo aos setores de atividade é interessante notar que em 2002 os ocupados nos Serviços domésticos recebiam em média pouco mais de um salário mínimo. Já em 2007, a remuneração média do setor ficou muito atrás do salário básico da economia, evidenciando a grande parcela de trabalhadores informais que compõem o setor (Tabela 13).

É interessante analisar a distribuição do rendimento médio dos ocupados urbanos segundo setores de atividade em termos de salários mínimos de 2002. O salário mínimo de 2002 é adotado para verificar o impacto da sua elevação ao longo do período estudado. A primeira observação é que todos setores, exceto Outras atividades, recebiam em 2007 maior remuneração em termos de salários mínimos que em 2002. Este é um reflexo do impacto da forte elevação do salário mínimo no período sobre as remunerações mensais dos ocupados urbanos (Tabela 14).

Os maiores crescimentos entre 2002 e 2007 foram observadas em Outras atividades industriais (13,3%), seguido por setores de remunerações médias bastante inferiores: Serviços domésticos (12,2%) e Construção (9,97%). O rendimento dos ocupados na Administração pública, em 2007, em termos de salários mínimos ultrapassaram o rendimento dos ocupados nas Outras atividades, e foi o maior patamar dentre os setores, chegando a 5,7 salários mínimos (Tabela 14).

Tabela 14
Evolução dos rendimentos médios dos ocupados urbanos segundo setor de atividade em salários
mínimos de 2002
Brasil: 2002-2007
Em reais de set-2007

Setor de atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Outras atividades industriais	4,94	4,99	4,84	4,92	5,72	5,60
Indústria de transformação	3,20	2,99	2,89	3,03	3,26	3,26
Construção	2,50	2,24	2,20	2,41	2,51	2,67
Comércio e reparação	3,05	2,74	2,74	2,84	3,03	3,12
Alojamento e alimentação	2,37	2,11	2,20	2,32	2,52	2,58
Transporte, armaz., e com.	3,88	3,54	3,74	3,62	3,75	3,98
Administração pública	5,18	4,71	4,83	4,95	5,51	5,70
Educação, saúde e serv. soc.	3,91	3,76	3,73	3,84	4,10	4,04
Serviços domésticos	1,03	0,98	0,98	1,03	1,11	1,16
Outros serviços colet., soc. e pess.	2,72	2,48	2,30	2,62	2,73	2,96
Outras atividades	5,44	4,94	4,66	4,94	5,11	5,09
Média	3,28	3,03	2,99	3,12	3,34	3,41
Salário mínimo	284,51	290,50	295,11	324,25	367,80	380,00

Fonte: IBGE - PNAD, 2002 a 2007. Elaboração própria

Deflator = INPC.

Cabe salientar que a remuneração dos ocupados nos Serviços domésticos, apesar do aumento relativo no período, passou de 1,03 salários mínimos em 2002 para 1,16 em 2007, um patamar ainda bastante baixo (Tabela 14).

4.2 Rendimentos do trabalho não agrícola por posição na ocupação

Como visto anteriormente, os rendimentos do trabalho urbano se distribuem bastante desigualmente entre os diversos setores da economia. No entanto, essas desigualdades também são notadas quando deslocado o recorte a partir dos ramos produtivos para a análise dos rendimentos por posição na ocupação. Nesta seção será verificado o desempenho dos rendimentos médios dos ocupados não agrícolas inseridos nas diferentes posições na ocupação ao longo do período compreendido entre 2002 e 2007, a fim de se compreender como os diferentes grupos, desde os protegidos pelas leis trabalhistas até os precariamente ocupados, foram impactados pela evolução das remunerações.

Apenas quatro categorias de posição na ocupação, das oito contempladas por este estudo, apresentaram variação superior à média dos rendimentos do trabalho urbano entre 2002 e 2007. Os dois maiores destaques positivos são praticamente os extremos dentre o conjunto das posições na ocupação. O primeiro é o aumento de 15,17% dos rendimentos dos Trabalhadores domésticos com carteira entre 2002-2007, seguido de perto pelos Trabalhadores domésticos sem carteira, cujo rendimento médio cresceu 9,57%, cabendo destacar que ambas categorias apresentam as menores remunerações médias do mercado de trabalho urbano (Tabela 14). Esta valorização está diretamente associada ao comportamento do salário mínimo no período. O outro destaque é a remuneração dos Funcionários públicos estatutários que encontra-se no extremo oposto, com um dos maiores níveis, na ordem de R\$ 1.650,69 em 2007, valor 11,76% maior que o verificado em 2002.

A categoria dos Empregadores, por tratar-se de uma classe de trabalhadores à frente da unidade produtiva, é a que apresenta o maior nível de remunerações, como esperado. Assim, ao final de 2007, tinham uma remuneração média de R\$ 2.954,21, em 2007, após alta de 3,24% no período (Tabela 15).

Analisando as categorias de maior peso dentre o total de ocupados urbano é possível verificar a estagnação, ao longo do período, dos salários dos trabalhadores com carteira, cujo valor médio em 2007 foi de R\$ 982,50, ou 0,13% superior a 2002, e pouco acima da média de R\$ 970,76 (Tabela 15). Ainda para esta categoria, destaca-se que sua remuneração média foi maior que a média dos rendimentos ocupados em todos anos, no entanto, essa distância encurtou-se ao

longo do período, num movimento de valorização por parte das demais categorias. O rendimento dos Trabalhadores sem carteira ao longo do período apresentou avanço maior, na ordem de 3,63%. No entanto, esta categoria recebe um nível de rendimentos muito inferior à categoria com carteira assinada (Tabela 15).

Tabela 15
Evolução dos rendimentos médios dos ocupados urbanos segundo posição na ocupação (R\$)
Brasil: 2002-2007
Em reais de set-2007

Posição na ocupação							Var.(%)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2002/2007
Empregado com carteira	981,26	908,24	897,85	927,84	970,15	982,58	0,13
Militar	1.701,81	1.455,75	1.395,55	1.405,81	1.468,85	1.570,59	-7,71
Funcionário público estatutário	1.477,06	1.352,19	1.365,31	1.450,31	1.621,49	1.650,69	11,76
Empregados sem carteira	591,22	530,22	530,07	569,19	587,90	612,71	3,63
Trabalhador dom. com carteira	416,43	401,57	401,60	432,45	464,91	479,61	15,17
Trabalhador dom. sem carteira	251,52	232,95	236,27	244,93	263,30	275,59	9,57
Conta- própria	819,56	760,22	745,80	758,26	798,38	870,49	6,21
Empregador	2.861,50	2.649,95	2.618,48	2.680,71	2.915,66	2.954,21	3,24
Média	933,66	862,65	850,57	887,23	949,23	970,76	3,97

Fonte: IBGE - PNAD, 2002 a 2007. Elaboração Própria

Deflator = INPC.

Os ocupados por conta própria recebem remuneração inferior ao dos trabalhadores protegidos, com exceção dos trabalhadores domésticos com carteira, em todos os anos levantados. Apesar disso, a categoria apresentou, após os recuos entre os anos de 2003 e 2004, uma recuperação mais acelerada que dos trabalhadores com carteira assinada (Tabela 15).

Os efeitos favoráveis de elevação do salário mínimo serão melhor apresentados na próxima seção, no entanto, cabe agora salientar que esta variável, definida pelas autoridades públicas teve um impacto relevante na remuneração dos ocupados urbanos. A valorização de 33,56% do salário mínimo entre 2002 e 2007 teve maior influência, dentre as categorias formais, na remuneração dos Funcionários públicos estatutários e dos Trabalhadores domésticos com carteira. Já para os empregados com carteira, sua valorização pouco gerou efeitos, já que a remuneração para a categoria permaneceu estagnada, como verificado.

A disparidade dos rendimentos mensais médios dos ocupados urbanos segundo posição na ocupação pode ser também observada através do número de salários mínimos recebidos ao longo do período, tomando-se como base o salário mínimo de 2002. Enquanto os Empregadores, em 2002, recebiam cerca de dez salários mínimos por mês em média, já descontada a inflação, os Trabalhadores domésticos sem carteira recebiam o equivalente a 0,88 salários mínimos (Tabela 16).

No período 2002-2007, no entanto, apenas a categoria Militares recebia em média menos salários mínimos de 2002, por mês, em 2007 que no primeiro ano do estudo. Em sentido oposto, os maiores avanços entre 2002 e 2007, em termos de salários mínimos de 2002, os maiores ganhos vieram de Funcionários públicos estatutários, Empregadores, Trabalhadores domésticos com carteira e conta própria (Tabela 16). É importante salientar ainda a estagnação da categoria Empregados com carteira.

Tabela 16
Evolução dos rendimentos médios dos ocupados urbanos segundo posição na ocupação em salários
mínimos de 2002
Brasil: 2002-2007
Em reais de set-2007

	Var. (dif.)						
Posição na ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2007/2002
Empregado com carteira	3,45	3,19	3,16	3,26	3,41	3,45	0,00
Militar	5,98	5,12	4,91	4,94	5,16	5,52	-0,46
Funcionário público estatutário	5,19	4,75	4,80	5,10	5,70	5,80	0,61
Outros Empregados sem carteira	2,08	1,86	1,86	2,00	2,07	2,15	0,08
Trabalhador doméstico com carteira	1,46	1,41	1,41	1,52	1,63	1,69	0,22
Trabalhador doméstico sem carteira	0,88	0,82	0,83	0,86	0,93	0,97	0,08
Conta própria	2,88	2,67	2,62	2,67	2,81	3,06	0,18
Empregador	10,06	9,31	9,20	9,42	10,25	10,38	0,33
Média	3,28	3,03	2,99	3,12	3,34	3,41	0,13
Salário mínimo	284,51	290,50	295,11	324,25	367,80	380,00	33,56

Fonte: IBGE - PNAD, 2002 a 2007. Elaboração Própria

Deflator = INPC.

Visto o desempenho geral das remunerações do trabalho urbano ao longo do período 2002-2007, primeiro por setor de atividade e na sequência por posição na ocupação, é

interessante ainda notar como especificamente dentro de cada ramo de atividade se comportaram as remunerações, segundo as principais posições na ocupação, determinantes na questão da formalidade e informalidade: empregados com carteira, sem carteira e trabalhadores por conta própria.

O movimento verificado para o geral das remunerações do trabalho, entre 2002 e 2004, de declínio dos rendimentos, pressionados tanto pela inflação relativamente elevada quanto pelo salário mínimo estacionado, foi visto de modo generalizado no mercado de trabalho (Tabela 17).

No entanto, diferentes foram as intensidades de declínio, entre 2002-2004, e de recuperação na fase seguinte. Por exemplo, o setor Educação, saúde e serviços sociais apresentou o menor recuo dos rendimentos médios entre 2002-2004, em virtude da estabilidade da remuneração dos trabalhadores com carteira assinada, contrabalanceada pelo o forte declínio da remuneração empregados por conta própria, na ordem de 8,53% (Tabela 17). Esse desempenho provocou no setor um comportamento não mais visto em nenhum ramo de atividade, exceto a Construção, de crescimento de remuneração dos ocupados com carteira, entre 2002 e 2007, mais elevado que dos trabalhadores por conta própria (Tabela 17).

Em termos de variação entre 2002-2004 e 2004-2007, é interessante ressaltar que existem dois movimentos claros, o primeiro de declínio acentuado e o segundo de recuperação. Esse padrão foi verificado para a maioria das categorias dos ramos selecionados, com alguns destaques. Por exemplo, as variações o setor Educação, saúde e serviços sociais foram menos intensas.

É possível notar significativas diferenças entre a Indústria de transformação e o Comércio e reparação, setores de maior peso na estrutura ocupacional urbana. Para o primeiro, os rendimentos dos trabalhadores com e sem carteira caíram aproximadamente na mesma medida entre 2002-2004, sendo que no período seguinte houve apenas a recuperação do nível dos anos anteriores. Assim, entre 2002 e 2007, os rendimentos dessas categorias no setor industrial pouco variaram (Tabela 17). No Comércio e reparação o que chama atenção é que, após os recuos da primeira fase, os rendimentos dos ocupados sem carteira assinada se recuperaram mais rapidamente que dos empregados com carteira assinada.

Merece destaque ainda, o desempenho da categoria dos trabalhadores por conta própria nos diferentes setores da economia. Esta categoria apresenta grandes disparidades setoriais, como por exemplo, ao apresentarem os maiores rendimentos médios dentre todas as categorias no setor Educação, saúde e serviços sociais, mas, por outro lado, recebem o menor patamar de remunerações na Indústria, por exemplo. Além disso, com exceção da Construção e Educação, saúde e serviços sociais, foi a categoria que obteve a maior expansão de remuneração entre 2002 e 2007 (Tabela 17).

Tabela 17
Rendimento médio dos ocupados urbanos segundo setor de atividade e posição na ocupação (R\$)
Brasil: 2002-2004-2007
Em reais de set-2007

Setor	Posição na ocupação	Var. (%)					
		2002	2004	2007	2002/ 2004	2004/ 2007	2002/ 2007
Indústria de transformação	Com carteira	1.010,87	909,47	1.014,75	-10,03	11,58	0,38
	Sem carteira	548,48	484,19	562,23	-11,72	16,12	2,51
	Conta própria	476,06	434,72	537,52	-8,68	23,65	12,91
	Média	910,84	822,68	927,55	-9,68	12,75	1,83
Construção	Com carteira	883,66	803,20	981,33	-9,11	22,18	11,05
	Sem carteira	452,68	406,00	502,63	-10,31	23,80	11,03
	Conta própria	629,49	550,86	647,33	-12,49	17,51	2,83
	Média	710,07	624,78	759,45	-12,01	21,56	6,96
Comércio e reparação	Com carteira	779,73	713,57	792,31	-8,49	11,04	1,61
	Sem carteira	484,10	436,93	509,38	-9,74	16,58	5,22
	Conta própria	751,60	698,98	813,24	-7,00	16,35	8,20
	Média	867,32	778,31	889,10	-10,26	14,24	2,51
Educação, saúde e serviços sociais	Com carteira	986,32	985,91	1.021,49	-0,04	3,61	3,57
	Sem carteira	671,03	655,32	716,27	-2,34	9,30	6,74
	Conta própria	1.618,03	1.480,06	1.560,60	-8,53	5,44	-3,55
	Média	1.112,86	1.062,60	1.150,62	-4,52	8,28	3,39
Alojamento e alimentação	Com carteira	628,15	568,78	643,66	-9,45	13,16	2,47
	Sem carteira	361,84	329,92	386,24	-8,82	17,07	6,74
	Conta própria	614,58	578,11	697,71	-5,93	20,69	13,53
	Média	674,14	627,27	735,15	-6,95	17,20	9,05
Média	Com carteira	981,26	897,85	982,58	-8,50	9,44	0,13
	Sem carteira	591,22	530,07	612,71	-10,34	15,59	3,63
	Conta própria	819,56	745,8	870,49	-9,00	16,72	6,21
	Total	933,66	850,57	970,76	-8,90	14,13	3,97

Fonte: IBGE – PNAD, 2002-2004-2007. Elaboração Própria

Deflator = INPC.

As desigualdades, primeiramente notadas entre os setores de atividade e depois, mais acentuadas ainda, entre as posições na ocupação, se replicam neste novo recorte proposto. Por exemplo, os trabalhadores com carteira assinada da Indústria recebem em média o dobro de remuneração dos ocupados por conta própria no mesmo setor, assim como os trabalhadores por conta própria do setor Educação, saúde e serviços sociais frente os trabalhadores sem carteira (Tabela 17).

É possível também destacar o setor Alojamento e alimentação, no qual se verifica que a remuneração para todas categorias e em todos anos é bastante inferior à média de remuneração das categorias. Tendência também vista no Comércio e reparação, em menor medida. Até mesmo na Construção, setor com baixa remuneração média, verifica-se melhor patamar dos Empregados com carteira e pouca diferença para os sem carteira (Tabela 17).

4.3 Distribuição dos rendimentos do trabalho urbano e salário mínimo

É interessante analisar a questão dos rendimentos do trabalho urbano a partir do salário fundamental da economia brasileira – o salário mínimo. O piso salarial do mercado de trabalho, chamado de salário mínimo é uma ferramenta do Estado para atingir quatro finalidades, não mutuamente exclusivas, sendo elas: estabelecer um piso para a determinação de salários de menor remuneração; proteger categorias de trabalhadores mais vulneráveis; estabelecer normas para que trabalhos iguais tenham a mesma remuneração; tornar-se instrumento de política macroeconômica.⁶⁰

Assim, a estratégia de valorização do salário mínimo acima da inflação, verificada nos capítulos anteriores, principalmente a partir de 2004, não é uma coincidência ou uma tendência previsível, mas sim uma ação governamental no sentido de tentar melhorar a qualidade das ocupações dos trabalhadores mais vulneráveis, assim como tentar elevar o nível de renda aqueles dependentes de aposentadoria e pensão.

Comparando a distribuição dos ocupados urbanos segundo faixas de salário mínimo de 2002, após retirados os efeitos da inflação, entre 2002 e 2007, é notável que apenas as faixas de 2 até 3 salários mínimos e 5 a 10 salários mínimos apresentaram ganho de participação (Tabela 18).

Em sentido oposto, as faixas de menor remuneração recuaram seu peso no período, sendo a principal retração vista na faixa de meio até um salário mínimo, que diminuiu sua participação em 1,03 pontos percentuais entre o primeiro e o último deste estudo. Assim a faixa de trabalhadores que recebem entre um e dois salários mínimos de 2002 respondeu por 36,6% dos ocupados urbanos em 2007, frente 36,97% em 2002 (Tabela 18).

A partir dessas observações é possível afirmar que a forte elevação do salário mínimo ao longo dos seis anos do estudo teve forte impacto na remuneração dos ocupados urbanos, uma vez que, quando tomado o salário mínimo de 2002, que, trazido a valores de setembro de 2007, equivaleu a R\$ 284,00, diminuiu a proporção de trabalhadores recebendo menos que esse piso em 2007.

⁶⁰ CACCIAMALI, M. C. *A política de salário mínimo e sua influência na distribuição de renda.*

Cabe ainda salientar, no entanto, que ainda permanece elevado o contingente de ocupados que recebem menos que um salário mínimo de 2002, chegando a 13,3% dos ocupados urbanos em 2007, ou seja, cerca de 9,1 milhões de pessoas. Em 2002, 15,03% dos ocupados urbanos recebiam menos que um salário mínimo, um total de 8,9 milhões de indivíduos.

Tabela 18
Distribuição dos ocupados urbanos por rendimento segundo faixas de
salário mínimo de 2002 (%)
Brasil: 2002-2004-2007

Faixas	Var. (p.p.)					
	2002	2004	2007	2004 2002	2007 2004	2007 2002
Até ½ salário	6,05	8,09	5,39	2,04	-2,70	-0,66
½ salário até 1 salário	8,97	8,91	7,94	-0,07	-0,97	-1,03
1 até 2 salários	36,97	38,32	36,60	1,35	-1,72	-0,37
2 até 3 salários	17,50	18,02	20,56	0,51	2,55	3,06
3 até 5 salários	13,76	13,65	13,18	-0,11	-0,46	-0,57
5 até 10 salários	10,08	7,71	10,38	-2,37	2,68	0,31
10 até 20 salários	4,76	3,82	4,39	-0,94	0,58	-0,37
Mais de 20 salários	1,91	1,50	1,54	-0,41	0,04	-0,37
Total	100,00	100,00	100,00			

Fonte: IBGE - PNAD, 2002-2004-2007. Elaboração Própria

Deflator = INPC.

A análise das remunerações do trabalho urbano em termos de salário mínimo pode ser expandida para os ramos de atividade, revelando como especificamente distribuem-se as remunerações dentro de cada um deles. Para cada setor selecionado é contraposto sua distribuição de rendimentos em 2002 e 2007 segundo faixas de salário mínimo, usando seu valor de 2002, trazido a valores de 2007.

Seguindo a tendência geral, nenhum ramo de atividade apresentou aumento, no último ano da pesquisa, de participação das faixas de remuneração abaixo de um salário mínimo de 2002, quando trazido a valores de 2007. A única exceção foi vista em Serviços domésticos, cuja participação de ocupados que recebem menos que um salário mínimo permaneceu praticamente constante em 41,8% (Quadro 1).

Seguindo a tendência geral apresentada anteriormente, quando se usa o salário mínimo de 2002 como base, em 2007, a faixa que mais apresentou avanço foi a de 2 até 3 salários mínimos. O crescimento dessa faixa absorveu trabalhadores tanto das faixas inferiores quanto das superiores, dando um possível indicio de redução da desigualdade de rendimentos dentro do mercado de trabalho urbano.

Quadro 1
Distribuição dos ocupados segundo rendimentos por setores de atividade e faixas de salário mínimo de 2002 (%)
Brasil: 2002- 2007

	Indústria de transformação		Construção		Comércio e reparação		Educação, saúde e serviços sociais		Serviços domésticos	
Faixa Salarial	2002	2007	2002	2007	2002	2007	2002	2007	2002	2007
Até ½ salário	6,09	5,37	3,27	2,94	6,94	5,83	2,07	1,80	17,87	18,75
½ salário até 1 salário	6,95	6,18	9,35	8,31	9,53	8,31	4,68	3,45	23,95	23,10
1 até 2 salários	38,61	35,36	42,00	42,19	36,89	37,66	35,20	34,92	48,57	48,00
2 até 3 salários	19,12	24,35	23,38	26,77	18,20	21,53	18,30	19,88	7,21	8,37
3 até 5 salários	14,22	14,33	14,15	11,71	12,86	12,02	17,67	18,05	2,07	1,56
5 até 10 salários	9,03	9,41	5,00	5,20	9,68	9,79	14,02	14,39	0,31	0,21
10 até 20 salários	4,13	3,65	1,87	2,10	4,52	3,74	5,79	5,73	0,02	0,01
Mais de 20 salários	1,84	1,34	0,99	0,78	1,38	1,12	2,27	1,78	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - PNAD, 2002 e 2007. Elaboração Própria

Deflator = INPC.

A maioria dos ocupados urbanos se distribui na faixa de um até dois salários mínimos, tendo se verificado redução dessa participação no período, com exceção da estabilidade na Construção e no Comércio e reparação. Por sua vez, os maiores decréscimos da faixa de 1 a 2 salários mínimos, entre 2002 e 2007, foram observados na Indústria de transformação, 3,25 pontos percentuais e 0,57 pontos para o setor Serviços domésticos (Quadro 1).

O setor de Comércio e reparação e Indústria de transformação foram, dentre os ramos destacados, os setores que assinalaram as maiores reduções de participação para a faixa acima de

10 salários mínimos, de 1,04 e 0,97 pontos percentuais, respectivamente (Quadro 1). Em seguida, será apresentada a distribuição dos ocupados não agrícolas por categorias selecionadas de posição na ocupação selecionadas dentro das faixas de rendimentos, entre o ano de 2002 e 2007, tomando como base o salário mínimo de 2002, já descontados os efeitos da inflação segundo o índice INPC do IBGE.

Com exceção dos Empregadores e Funcionários públicos estatutários e dos Empregadores, todas as demais categorias selecionadas apresentam a maior parcela dos seus ocupados localizados na faixa de um até dois salários mínimos. No entanto, diferentemente da distribuição vista a partir dos setores de atividade, dentro das categorias selecionadas a distribuição dos rendimentos dos ocupados se dá de forma mais distribuída dentro das faixas (Quadro 2).

Quadro 2										
Distribuição dos ocupados segundo rendimentos por posição na ocupação e faixas de salário mínimo de 2002 (%)										
Brasil: 2002- 2007										
	Empregado com carteira		Funcionário público estatutário		Empregado sem carteira		Conta própria		Empregador	
Faixa Salarial	2002	2007	2002	2007	2002	2007	2002	2007	2002	2007
Até ½ salário	0,1	0,0	0,1	0,0	8,6	7,3	11,9	11,0	0,2	0,2
½ salário até 1 salário	1,0	0,4	1,0	0,2	16,2	15,7	13,7	13,1	1,0	0,8
1 até 2 salários	40,6	38,3	25,7	23,4	45,7	47,4	29,0	30,4	7,6	7,9
2 até 3 salários	24,1	29,7	16,2	17,3	13,7	14,9	16,5	17,3	11,2	9,8
3 até 5 salários	18,2	16,9	22,1	21,7	8,3	7,7	13,1	12,0	15,0	17,1
5 até 10 salários	10,0	10,0	22,8	24,4	5,0	4,9	10,0	10,7	29,1	30,3
10 até 20 salários	4,4	3,7	8,4	9,0	1,8	1,6	4,6	4,4	22,9	23,1
Mais de 20 salários	1,6	1,1	3,7	3,8	0,8	0,5	1,3	1,2	13,0	10,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fonte: IBGE - PNAD, 2002 e 2007. Elaboração Própria Deflator = INPC.										

Analisando primeiramente os ocupados urbanos localizados nas faixas salariais mais elevadas, é possível verificar que a parcela de ocupados urbanos por conta própria, em 2007, que recebia mais que cinco salários mínimos era superior à parcela de Empregados com carteira nessa

mesma faixa, sendo de 16,2% contra 14,8%, respectivamente (Quadro 2). Cabendo salientar que para a primeira categoria, entre 2002 e 2007 se verificou aumento dessa proporção, enquanto que para os Empregados com carteira, recuo. Seguindo o movimento dos Empregados com carteira, com exceção dos trabalhadores por conta própria e dos funcionários públicos estatutários, em todas as categorias, entre 2002 e 2007, a parcela de ocupados que recebiam mais que cinco salários mínimos diminuiu.

Apesar desse comportamento dos ocupados urbanos com carteira assinada de recuo da proporção de ocupados urbanos inseridos nas melhores faixas de remuneração, cabe salientar que esse grupo de trabalhadores possui diversos outros benefícios não auferidos nesta pesquisa, como por exemplo, direito a FGTS, seguro desemprego, 13º salário, férias remunerados, entre outros.

Aproveitando a distribuição dos rendimentos do trabalho urbano a partir das categorias de posição na ocupação, é possível aprofundarmos mais especificamente a questão da formalidade e informalidade. Como visto na Tabela 18, em 2007, aproximadamente 13,3% dos trabalhadores urbanos não recebiam um salário mínimo completo, tomando-se como base o salário mínimo de 2002 trazido a valores de 2007. Quando verificadas a distribuição dos rendimentos segundo as posições na ocupação mais representativas do emprego formal e do informal, é muito maior a parcela de trabalhadores informais que recebem menos que um salário mínimo, frente às categorias formais. Por exemplo, em 2007, 23,0% dos empregados sem carteira recebiam menos que 1 salário mínimo, enquanto que essa proporção chegou a 24,1% dos conta própria.

Apesar de ainda elevada a proporção de trabalhadores recebendo menos que 1 salário mínimo, entre 2002 e 2007, é possível dizer que houve uma melhora na distribuição dos rendimentos do trabalho urbano no Brasil. No entanto, esse comportamento foi diferente de acordo com a categoria de posição na ocupação. Chama a atenção, por exemplo, o avanço de 5,6 pontos percentuais dos Empregados com carteira assinada que recebem mais que 2 e menos que 3 salários mínimos, em relação ao salário de 2002. Já para os Funcionários públicos estatutários, cresceram as faixas de remuneração mais elevadas, entre 2002 e 2007.

Observando o comportamento dos empregados sem carteira, foi notável, entre 2002 e 2007, o forte avanço das faixas de 1 até 2 e 2 até 3 salários mínimos em detrimento a todas as demais faixas de remuneração (Quadro 2). O comportamento da distribuição dos ocupados

segundo faixas de salário mínimo tem a mesma tendência dos empregados sem carteira, com a diferença do avanço verificado para a faixa de 5 até 10 salários mínimos.

Quando se analisa separadamente as categorias Trabalhador doméstico com carteira e sem carteira, novamente é corroborado a importância do salário mínimo como piso das remunerações dos trabalhadores com carteira assinada.

Ao confrontar-se duas categorias de posição na ocupação nas quais as atividades desempenhadas são as mesmas, diferenciando-se apenas a formalidade da ocupação, é possível verificar que apenas pelo amparo legal e proteção fornecidos pela carteira assinada, os Trabalhadores domésticos com carteira encontravam-se distribuídos em melhores faixas de rendimentos que os trabalhadores domésticos sem carteira (Tabela 19). Fica evidente que o ponto de partida da remuneração dos trabalhadores domésticos com carteira assinada é o salário mínimo, enquanto que para os trabalhadores domésticos sem carteira assinada não há esse patamar inicial, evidenciado pela elevada proporção que recebem até um salário mínimo nessa categoria (Tabela 19).

Tabela 19
Distribuição acumulada dos rendimentos dos trabalhadores
domésticos por faixas de salário mínimo de 2002 (%)
Brasil: 2002-2007

Faixa salarial	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada		Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	
	2002	2007	2002	2007
Até ½ SM	0,2	0,1	24,1	25,6
Até 1 SM	4,9	2,2	54,8	56,5
Até 2 SM	80,3	79,3	93,9	93,7
Até 3 SM	95,2	96,5	98,4	98,9
Até 5 SM	99,3	99,5	99,8	99,9
Até 10 SM	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - PNAD, 2002 e 2007. Elaboração Própria.
Deflator = INPC.

Considerações Finais

Este estudo buscou analisar a evolução da estrutura ocupacional urbana e dos rendimentos do trabalho no período compreendido entre 2002 e 2007. Para isso verificamos, através da revisão bibliográfica tratando os anos 1990 e 2000, como se comportou a economia brasileira nessas duas décadas e os principais reflexos sobre o mercado de trabalho.

Caracterizamos os anos 1990 como uma fase desfavorável, ao inserir no mercado de trabalho brasileiro o agravamento do desemprego e o aprofundamento das inserções informais como forma de sustento, apresentando grande polaridade entre empregados formais e informais. Verificamos então, que esses fenômenos do mercado de trabalho foram a única forma de inserção da população no mercado de trabalho, frente à crescente liberalização da economia, encolhimento do Estado, reestruturação produtiva, baixo dinamismo da economia e redução dos aparatos legais de fiscalização.

Verificamos ainda a superação da inflação com o Plano Real e as fragilidades as quais a economia brasileira passou a se expor nesse novo contexto. Fragilidades estas que levaram ao abandono do câmbio fixo artificialmente valorizado e eixo da política econômica do período para a adoção de metas de inflação, com a taxa de juros sendo o novo mecanismo de ajustamento.

Ao abandonar o câmbio fixo, em 1999, a economia brasileira por si só não foi capaz de superar uma década de reestruturação produtiva, mas foi possível a retomada do crescimento da renda, a partir de 2004, puxadas pelo comércio externo num primeiro momento, e pelo consumo e investimento, nos anos seguintes.

Foi evidenciado ainda, na década de 2000, principalmente após 2003, uma tendência de expansão da ocupação formal e de recuo do desemprego, impulsionada pelo melhor contexto internacional e postura fiscalizadora do Estado. Essa tendência chamou a atenção para verificar nos anos seguintes de crescimento do PIB mais acelerado, compreendidos entre 2004 e 2007, se estes foram suficientes para provocar reduzir a informalidade e precarização do mercado de trabalho urbano.

Norteados por essa indagação, foi analisado o comportamento da estrutura ocupacional urbana e dos rendimentos do trabalho, especificamente no período de 2002 a 2007. Percebemos então, um forte crescimento da ocupação urbana no período destacado, com média de 3,0% a.a., incorporando ao mercado ao longo desses seis anos 9,45 milhões de novos ocupados. O Comércio e reparação e a Indústria de transformação foram os setores nos quais a expansão da ocupação se deu de forma mais acelerada na fase estudada.

Com essa dinâmica, o setor industrial passou a ocupar 17,58% dos trabalhadores urbanos, enquanto que o Comércio e reparação respondeu por 21,73%. Apesar do recuo de participação observado entre 2002 e 2007, os Serviços domésticos foi o quarto maior setor da economia brasileira em termos de total de ocupados, explicitando que os anos de crescimento mais expressivo não foram suficientes para tirar o peso deste ramo de atividade.

Após definidos os conceitos de emprego informal e formal, foram quantificadas as categorias de posição na ocupação mais relevantes para o trabalho urbano no Brasil. Assim, comprovamos a existência de maior estruturação do mercado de trabalho urbano, principalmente a partir de 2004. Essa comprovação foi obtida tanto através do acompanhamento da elevação dos empregados com carteira assinada, principalmente no Comércio e reparação, Indústria de transformação e Construção, como pelo crescimento mais lento das categorias de empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria. Mesmo dentro dos Serviços domésticos destacamos a elevação mais acentuada dos trabalhadores domésticos com carteira assinada frente a categoria dos trabalhadores domésticos sem carteira.

Constatamos que em 2007, 27,6% dos empregados com carteira eram empregados na Indústria, seguido pelo Comércio, com 23,21%, cabendo salientar que nos principais setores de atividade, entre 2002 e 2007, foi verificada elevação superior a 20,0%, frente 2002, na quantidade de trabalhadores com carteira assinada. Também foi visto que os empregados sem carteira, no período, recuaram apenas na Construção, mas nos demais setores sua expansão foi menor que do emprego formal. Quanto ao trabalho por conta própria, notamos que este cresceu, apesar da tendência de formalização, bastante fortemente na Indústria, principalmente nas pequenas empresas, e que 32,13% dos ocupados desta categoria, em 2007, trabalham no Comércio.

Analisando a distribuição das principais categorias de posição na ocupação dentro dos setores mais relevantes em termos de ocupação, foi exposto que a distribuição dos empregados

com carteira assinada, sem carteira e por conta própria assume grande diversidade dentro do mercado de trabalho urbano. Na Indústria, foi crescente a participação dos empregados com carteira, chegando a 61,48% do total de ocupados do setor em 2007, seguido por Transporte, armazenagem e comunicação (49,88%) e Comércio (41,82%). Por outro lado, na Construção, cerca de 75,0% dos ocupados ou não possuem carteira assinada ou trabalham por conta própria, assim, não sendo protegidos pela legislação trabalhista.

Obtivemos ainda mais uma evidência da formalização do mercado de trabalho urbano. Através do cálculo do grau de informalidade, foi constatado recuo sistemático do índice, ao deixar de representar 46,4% dos trabalhadores urbanos, em 2002, para corresponder por 43,6%, em 2007. Com o cálculo da elasticidade produto-emprego formal, podemos dizer que em três dos cinco anos verificados, o indicador mostrou que a expansão do emprego formal foi mais acentuada que o crescimento do PIB, colocando a fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas, por parte do Estado, como elemento importante para a tendência de estruturação. Há ainda uma importância significativa das mudanças na estrutura ocupacional, ou seja, expansão das vagas principalmente na grande indústria, tradicionalmente geradora de postos de trabalho de qualidade.

Assim, foi comprovada a forte tendência de formalização das relações trabalhistas no mercado de trabalho urbano no período 2002 a 2007. Ao longo desses seis anos, das 9,45 milhões de novas ocupações criadas, 57,9% tinham carteira assinada e 9,2% eram de funcionários públicos estatutários, ou seja, a cada 10 novos postos de trabalho, aproximadamente 7 eram ocupações formais. No entanto, apesar de forte a tendência de formalização, ainda permanecem elevados os contingentes de trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria.

No segundo eixo central do estudo, a análise do comportamento dos rendimentos, entre 2002 e 2007, verificamos que nos três primeiros anos, houve compressão dos rendimentos médios dos ocupados urbanos, motivada pela inflação moderadamente elevada e pelos reajustes pouco expressivos do salário mínimo. Já entre 2005 e 2007, o salário mínimo entra numa trajetória de forte elevação real, além do aumento das negociações coletivas e do papel das ocupações bem remuneradas no setor público, conduzindo assim a uma recuperação da renda do trabalhador, contudo, superando em pouco o patamar de 2002. Ainda, foi comprovado que o crescimento da massa rendimentos do período, um dos fatores que impulsionou o consumo na

segunda metade dos anos 2000, teve como maior causa o crescimento da ocupação e em menor nível a valorização dos rendimentos.

Verificamos a grande disparidade existente entre as remunerações médias de cada ramo de atividade, assim como seu comportamento diferenciado no período. Concluimos que a remuneração média da Indústria, Comércio, Construção, Alojamento e alimentação, Serviços domésticos e Outros serviços coletivos, que responderam juntos por 66,3% dos ocupados urbanos em 2007, é menor do que a média dos rendimentos dos ocupados urbanos, em contraposição à média dos ocupados no Setor público, Outras atividades e Outras atividades industriais. Ainda, foi possível verificar que em termos elevação dos rendimentos no período, os destaques foram Outras atividades e os Serviços domésticos, principalmente pela evolução do salário mínimo e o crescimento do emprego formal no setor. Vimos que as valorizações do salário mínimo são sentidas de maneira direta no mercado de trabalho urbano, no entanto, não traduzidas integralmente aos rendimentos dos ocupados, mas sim determinando uma direção para a qual devem apontar as remunerações do trabalho, seja ele formal ou informal.

Na análise dos rendimentos segundo posição na ocupação foi possível fazer significativas observações. Os empregados com carteira e os funcionários públicos estatutários recebem as maiores remunerações do mercado de trabalho, ficando atrás apenas dos empregadores, apresentando grande diferença frente os empregados domésticos e os empregados sem carteira, por exemplo. Foi notável também a estagnação da remuneração real dos empregados com carteira entre 2002 e 2007, apresentando a taxa incremento de apenas 0,13%.

Notamos ainda a grande diferença de remuneração para a mesma categoria de posição na ocupação de acordo com setor de atividade. Os salários dos empregados com carteira da Indústria são substancialmente maiores que da Construção e do Comércio, por exemplo, mas apresentaram menor elevação, entre 2002 e 2007, frente a elas. Essa diferença também foi notada na categoria Conta própria, já que esta apresenta o menor patamar do setor industrial, mas o maior no ramo Educação, saúde e serviços sociais.

Para encerrar a análise dos rendimentos urbanos do trabalho no período 2002-2007, foi destacada a distribuição dos rendimentos dos ocupados segundo faixas de salário mínimo, tomando-se como base o salário mínimo de 2002 trazido a valores de setembro de 2007. Com isso foi possível perceber que a parcela de trabalhadores que recebiam de dois a três salários

mínimos foi a faixa de maior crescimento, 3,06 pontos percentuais, chegando a 20,57% dos ocupados urbanos, seguida pelo aumento de 0,3 pontos percentuais para a faixa de 5 até 10 salários mínimos. Todas as demais faixas apresentaram recuo de participação na comparação 2002 e 2007.

Quando analisada a distribuição dos rendimentos por posição na ocupação, destacamos a forte proporção dos ocupados com carteira assinada que recebiam entre dois e três salários mínimos de 2002, passando de 24,1% para 29,7% dos ocupados da categoria. As categorias Funcionário público estatutário, Empregador, possuem a maior parcela de trabalhadores recebendo mais que cinco salários mínimos. Ainda, a categoria Conta própria possui uma distribuição bastante difusa, contando com parcela significativa de ocupados recendo até meio salário mínimo e também mais que vinte salários mínimos.

A análise empírica deste estudo confirmou a tendência de formalização do mercado de trabalho urbano na década de 2000. A categoria de empregados com carteira assinada cresceu fortemente entre 2002 e 2007, ganhando participação dentre os ocupados não agrícolas, chegando a 39,2% destes. Essa elevação foi puxada principalmente pela Indústria de transformação e pelo Comércio e reparação, com papel importante também para os demais setores. Não menos importante, foi o papel do Estado, através da postura de fiscalização e rigidez no cumprimento das leis trabalhistas, verificado pela elasticidade renda-emprego formal elevada. Ao Estado ainda coube o papel bastante ativo nas elevações reais do salário mínimo no período.

Todas estas evidências poderiam levar-nos a concluir que a condição do trabalho no Brasil superou significativamente a tendência desestruturadora da década de 1990. Mas quando observado mais atentamente, verificamos que nos anos 2000, apesar de menor que na década anterior, a taxa de expansão do emprego informal ainda permaneceu elevada, sendo suficiente para manter a população ocupada nesses postos de trabalho precários. É alarmante ainda, o grande contingente de trabalhadores urbanos que não tem acesso nem a um salário mínimo integral, tendo este número passado de 8,9 milhões, no primeiro ano do estudo para 9,16 milhões em 2007.

Por fim, concluímos que o crescimento mais expressivo do PIB, em meados dos anos 2000 até 2007, foi condição necessária para o aumento das ocupações protegidas pela legislação trabalhista, havendo forte ainda papel das políticas públicas de emprego. Assim, ao constataremos

que essa fase de crescimento mais acelerado do PIB possa ter encontrado um fim, ao menos temporário, com a eclosão da crise econômica mundial em 2008, questiona-se como se comportarão a estrutural ocupacional urbano, os rendimentos do trabalho e o desemprego no Brasil a partir de 2007. Ainda, é colocada a dúvida da possibilidade de voltarmos a assistir o crescimento da informalidade numa economia em baixo crescimento ou se o novo arranjo econômico e postura das políticas públicas de emprego poderão impedir esse movimento.

Referências Bibliográficas

- ALVES, J. E.; FAVERSANI, F. *Análises de conjuntura: globalização e o segundo governo FHC*. Ouro Preto, MG. REM, 2002.
- AMADEO, E. J.; CAMARGO, J. M. *Regulations and flexibility of the labor market in Brazil*. Textos para discussão 0335. Departamento de Economia-PUC/RJ. Rio de Janeiro, RJ. 1995.
- AMITRANO, C. R. O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites. *Política Econômica em Foco*. CECON, Unicamp. Campinas, SP, 2006.
- BALTAR, P. E. A Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (org.) *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo, SP: Ed. Unesp, IE – Unicamp, 2003.
- BALTAR, P. E.; KREIN, J. D.; MORETTO, A. J. O emprego no início do século XXI. *Carta Social e do Trabalho* nº3, Cesit, IE-Unicamp, 2006.
- _____. et al. Estrutura do emprego e da renda. *Projeto PIB - Estudo Transversal 3*. Rio de Janeiro, BNDES, 2009. (mimeo)
- CACCIAMALI, A. C. A política de salário mínimo e sua influência na distribuição de renda. BALTAR, P. E.; DEDECCA, C.; KREIN, J. D. (org) *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas, UNICAMP. 2005.
- CARVALHO, C. E. *Bloqueio de liquidez e estabilização: o fracasso do Plano Collor*. Tese de Doutorado. IE-Unicamp. Campinas, 1996.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, SP: Ed. Unesp, IE – Unicamp, 2002.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, SP: DIEESE, 2001.
- HIRATUKA, C.; BALTAR, C. ; ALMEIDA, R. Inserção brasileira no comércio mundial no período 1995-2005. *Boletim Neit*, NEIT-IE-Unicamp, n. 9, Campinas, 2007.
- IBGE. Panorama da economia brasileira. *Sistema de Contas Nacionais 2000-2005*. Rio de Janeiro, RJ. 2007.
- _____. Setor e emprego informal no Brasil. *Texto para Discussão* nº 31. Rio de Janeiro, RJ. 2008.
- IEDI. *A evolução da estrutura industrial*. São Paulo, 2007. Obtido em <www.iedi.org.br>
- IPEA. *Boletim de Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise*, edição especial nº 13. Brasília, DF, 2007.

IPEA. *Brasil: o estado de uma nação*. Brasília, DF, 2006. Obtido em <www.ipea.gov.br>

LAPLANE, M.; SARTI, F. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: LAPLANE, M.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (org.) *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo, SP: Ed. Unesp, IE – Unicamp, 2003.

LEONE, E. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (org.) *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo, SP: Ed. Unesp, IE – Unicamp, 2003.

LEONE, E.; BALTAR, P. E. Economia e mercado de trabalho no Brasil. *Carta Social e do Trabalho* nº6. Cesit – UNICAMP. Campinas, SP, 2007.

MATTOSO, J. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

OIT. *Resolution concerning statistics of employment in the informal sector, adopted by the Fifteenth International Conference of Labor Statisticians*. Introdução: Current International Recommendations on Labour Statistics. Genebra – Suíça. 2000.

OLIVEIRA, T. *Transformações recentes do emprego na grande empresa industrial no Brasil*. Campinas, UNICAMP-SP. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico. 2007.

POCHMANN, M. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo, SP. Editora Contexto, 2001.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, SP. Boitempo, 2001.

_____. *O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas*. In: Gilmar Antonio Bedin. (Org.). *Reestruturação Produtiva, Desemprego no Brasil e Ética nas Relações Econômicas*. Ijuí-RS. Ed. UNIJUÍ, 2000.

_____. *Qualidade das ocupações no Brasil*. Carta Social e do Trabalho nº3, Cesit, IE - Unicamp, 2006.

_____. *Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil*. BALTAR, P. E.; DEDECCA, C.; KREIN, J. D. (org) *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas, UNICAMP. 2005.

PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. Apresentação. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (org.) *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo, SP: Ed. Unesp, IE – Unicamp, 2003.

PRONI, M. W.; RIBEIRO, T. A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro. *Carta Social e do Trabalho* nº6. Cesit – UNICAMP. Campinas, SP. 2007.

RAMOS, A. P. *Estabilização e Política Econômica: a experiência do Plano Real*. Dissertação de Mestrado. IE-Unicamp. Campinas, 1998.

RAMOS, L. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. *Texto para Discussão* 914. IPEA. Rio de Janeiro, RJ, 2002.

SANTOS, A. L. Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho. *Carta Social e do Trabalho*, nº3. Cesit, Unicamp – Campinas, 2006.